TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TAQUIGRAFIA

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 51ª

(QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA)

SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER A QUESTÃO DA POLUIÇÃO SONORA E OUTROS PROBLEMAS QUE VÊM INCOMODANDO PROFUNDAMENTE OS MORADORES DE DIFERENTES ÁREAS RESIDENCIAIS DO DISTRITO FEDERAL

DE 10 DE JUNHO DE 2010.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Está aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – A presente comissão geral, em razão da aprovação do Requerimento nº 2.076, de 2010, de autoria da Deputada Erika Kokay e de outros Deputados, destina-se a discutir a questão da poluição sonora e outros problemas que vêm incomodando profundamente os moradores de diferentes áreas residenciais do Distrito Federal.

Estão presentes o Deputado Reguffe e o Deputado Benedito Domingos.

A Presidência vai suspender os trabalhos da comissão durante 5 minutos para que possamos organizá-la.

Está suspensa a comissão geral.

(Suspensa às 15h31min, a comissão geral é reaberta às 15h36min.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Está reaberta a comissão geral.

Discutiremos os problemas relativos à poluição sonora, assim como problemas que provocam incômodo à comunidade do Distrito Federal. Nós gostaríamos de saudar a presença de cada um e cada uma de vocês.

Eu gostaria de chamar para compor a Mesa o Exmo. Sr. Secretário de Estado da Secretaria da Ordem Pública e Social do Distrito Federal, SEOPS, Cel. Djalma Lins e Silva Filho. (Pausa.) No aguardo do Coronel, convidamos para compor a Mesa a Administradora de Brasília, Sra. Estela Maria de Lima Oton; o Sr. Presidente do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, Instituto Brasília Ambiental, Dr. Gustavo Souto Maior; a Presidenta do Conselho Comunitário da Asa Sul, Heliete Bastos; o representante do Conselho Comunitário do Sudoeste, Elber Barbosa; e o Vice-Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Artur Benevides. Convido o Deputado Benedito Domingos para, se quiser, nos acompanhar à Mesa.

Nós solicitamos esta audiência - estamos no aguardo inclusive do Deputado Raad Massouh, um dos incentivadores para que nos reuníssemos em comissão geral - para discutirmos a questão da poluição sonora que, segundo a Organização Mundial de Saúde, é o terceiro maior problema ambiental de todo o mundo.

Não é apenas a questão do barulho em si, mas também a dos danos que isso pode acarretar à própria saúde e à própria qualidade de vida. Nós falamos muito de qualidade de vida. Para mim, qualidade de vida se traduz em felicidade para que tenhamos uma cidade onde a gente possa se encontrar e não uma cidade onde a gente perca a nossa própria saúde.

No Distrito Federal, Brasília é a Região Administrativa com maior número de reclamações registradas no IBRAM, seguida de Sobradinho, Samambaia, Taguatinga e São Sebastião. Somente nos primeiros 3 meses de 2010 o IBRAM registrou 148 denúncias de poluição sonora. Durante o ano passado os registros totalizaram 840 ocorrências. Os meses de maior ocorrência foram março, novembro e dezembro. Bares, estabelecimentos comerciais, construção civil, carros de som, boates estão entre os locais que registram o maior número de reclamações de poluição sonora.

O controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos são disciplinados pela Lei Distrital nº 4.092, de 30 de janeiro de 2008, que define poluição sonora como toda emissão de som que direta ou indiretamente seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e ao bem-estar da coletividade. Nós estamos falando de bem-estar da comunidade. Temos o maior número de denúncias de poluição sonora aqui na região pensada pelo traço mágico de Lúcio Costa, que pensava exatamente em uma cidade que pudesse ser funcional e lúdica, uma cidade que não nos anulasse e não nos inviabilizasse como seres humanos. A cidade foi pensada assim, com a estética da vida. Aqui nós temos o maior número de denúncias de poluição sonora. Temos uma série de procedimentos de medição em níveis de avaliação dos ruídos para ambientes externos. Eles são especificados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Então, temos

uma diferenciação entre os ruídos permitidos em uma área urbana e uma área rural.

Tivemos, recentemente, aqui no Distrito Federal, o caso de um morador que, ao reclamar do barulho de uma loja de conveniência, foi brutalmente agredido. Foi brutalmente agredido porque defendia o seu direito ao bem-estar, o seu direito de morar em uma cidade onde não tenhamos a impressão, como temos muitas vezes, de que os moradores incomodam. Às vezes, temos a impressão de que vão nos dizer a qualquer momento: "Saiam! Vocês nos incomodam!" Portanto, estamos discutindo, nesta audiência, a poluição sonora e também o nível de incômodos que existem hoje, provocados por vários aspectos.

Acho que podemos pontuar 3 aspectos fundamentais. Um deles diz respeito ao uso do solo, a como é planejado o uso do solo, a como foi planejada a cidade. Muitas vezes, esse planejamento se torna fluido, flexível, e você tem um planejamento, os níveis de volumetria, os níveis de densidade absolutamente rompidos. Temos usos incompatíveis com áreas residenciais aqui no Distrito Federal. Temos, muitas vezes, estabelecimentos religiosos, comércios, bares, restaurantes, supermercados, cursinhos em áreas onde não foram previstas essas atividades. Isso vai provocar uma sobrecarga muito grande em todos os equipamentos públicos, nas vias, e, óbvio, elevar o nível de incômodo para a população.

Temos que ter a clareza de que, quando não se prevê esse tipo de atividade naquele espaço e ele passa a existir, tem-se uma incompatibilidade com o próprio uso residencial, o que torna desconformes essas atividades naqueles espaços Temos também, parece-me, uma discussão de cidadania, de como as pessoas se colocam. Temos um código de postura que, em verdade, não deveria existir, porque deveria ser natural e fazer parte de uma lógica de civilidade: o comportamento e a postura das pessoas, ou seja, o nível de cidadania, para que possamos conviver em comunidade. Nós ainda apontamos um terceiro problema, que precisa ser discutido nesta Comissão Geral: o poder do Estado e a sua capacidade de fiscalização. Ou seja, se temos legislação e se adotamos posturas, mas elas não são fiscalizadas no seu cumprimento, não vamos assegurar o nível de bem-estar na comunidade.

Estamos aqui para proceder a essas discussões, contando com a presença do Deputado Benedito Domingos e do Deputado Reguffe, justificando a ausência do Deputado Batista das Cooperativas, que se encontra em licença médica, e também no aguardo da presença do Deputado Raad Massouh, a fim de que possamos ter encaminhamentos para a resolução dos problemas que têm afetado a comunidade do Distrito Federal.

Para dar prosseguimento a esta Comissão Geral, eu gostaria de chamar para fazer uso da palavra o Vice-Presidente Comunitário da Asa Sul, Sr. Artur Benevides, que fará uma exposição de *slides.*

Pelo Regimento Interno, temos o prazo de 5 minutos para cada componente da Mesa. Depois concederemos a palavra às pessoas que quiserem se

posicionar, por um prazo de 3 minutos, e retornaremos a palavra aos membros da Mesa.

Convidamos para compor a Mesa o Diretor Geral da Agência de Fiscalização Geral, AGEFIS, Dr. Gorgeano Trigueiro Fernandes.

Concedo a palavra ao Sr. Artur Benevides.

SR. ARTUR BENEVIDES – Boa-tarde a todos.

Eu gostaria de cumprimentar os integrantes da Mesa, na pessoa da Deputada Erika Kokay. Quero dizer que a comunidade vê com bons olhos a atitude desta casa de abrir as suas portas, para que a comunidade tenha voz. Já passou da hora de esta Casa olhar os problemas da cidade não só quando a galeria está cheia, mas quando observarmos os gestores saindo nas ruas. Acho que os impostos que pagamos e a forma como encontramos a cidade mostram uma discrepância muito grande.

Deputada Erika Kokay, eu me preocupo quando vejo as fotos mostradas ali. Aquela foto mostra a obra de um setor que deveria seguir a lei. É uma obra da Delegacia da Mulher, que, por ausência de fiscalização, estava sendo realizada às 23h45min de um sábado. Aqueles funcionários estavam de costas no momento em que comecei a fotografá-los e eles se evadiram, porque a lei não permite o funcionamento da obra naquele horário. Aquela obra é uma seção, na Delegacia da Mulher das entrequadras 204/205 sul.

O problema de barulho já ultrapassou a região dos bares. Hoje, há os postos de gasolina, os supermercados. Não sei qual é a lei, no Distrito Federal, que garante que supermercado funcione 24 horas. Não existe lei, no entanto, há uma conivência do Estado para que os supermercados trabalhem 24 horas. Naquela foto, o rapaz está de costas porque está correndo do flagrante. Aquele é o caminhão da empresa que estava colocando o concreto. Sobre os bares, o que temos encontrado? Ali está os fundos do Bar Libanus. Vocês veem os fundos e a frente do bar. A lei proíbe que, entre um estabelecimento e outro, haja interrupção para a emissão do alvará, mas vemos que o Libanus possui uma barbearia no meio e continua em uma outra porta, que está fechada. Veremos, na frente, essa porta aberta. Com isso, o que acontece com as comunidades da 205/206 sul? O excesso de lixo fica para a comunidade. O bar deveria juntar aquele lixo. Quem está sendo onerado ali é o SLU, é o Estado. O imposto que pagamos é usado para catar aquele lixo que está sendo produzido pelos usuários do bar, pelo comerciante. Isso é um absurdo!

Ali é o bar Nu Céu. Onde havia verde é tudo brita. A área bucólica foi para o espaço. Olhem a quantidade de mesas e cadeiras! Aquela árvore pintada de branco, lá atrás, está na mesa de ligamento entre uma quadra e outra. O estabelecimento simplesmente usa 745 metros de área pública. Como conseguiremos ter estacionamento, tranquilidade em uma quadra, quando a pessoa usa, de forma inescrupulosa, uma área pública desse jeito?

Aqui nesta Casa inúmeras leis falam sobre acessibilidade. Como é que um cadeirante vai poder passar na sua cadeira de rodas se tem na calçada um beco ou uma mesa daquele tamanho ali no canto para ele passar? Como é que ele consegue passar ali? Impossível. Ele vai ter de passar no asfalto, ele vai ter de disputar espaço com os carros.

Olha aí as cadeiras. Essas fotos são de vários ângulos. Olha a quantidade de cadeira que ele tem no depósito. Esse comerciante está bem-intencionado quando mostra essa quantidade de cadeiras no depósito? Sem dizer... estou aqui com o auto de infração da AGEFIS que mandou que ele recuasse 1,20 m daquela cobertura onde ele está ultrapassando os 5 metros permitidos na lateral. Fora isso, ainda tem a área pública que ele está usando toda. Isso é outro caso, que o nosso amigo do IBRAM vai ver.

Brasília tem o costume de construir prédios e diz que aqui é feito o estudo de impacto ambiental e de vizinhança. Olha esses passarinhos... Como foi realizado estudo de impacto ambiental com esses passarinhos todos? Esse prédio tem um vidro, os passarinhos que viviam nas árvores que estavam no local veem naquele espelho o *habitat* deles. Não conseguem achar, onde é que vão parar? No vidro, morrem todos. Cadê o estudo de impacto ambiental, cadê a prevenção? Olha aí os bichinhos todos mortos. Tem condições um negócio desses? Capital da República.

Isso aí é um buraquinho chamado "buraco do Artur". Estou há 2 meses namorando ele. Adoro esse buraco. Venho acompanhando ele há um tempão. Isso é uma boca de lobo. Vejam a quantidade de lixo. Quando a chuva chegar, sabem para onde vai esse lixo? Para a tubulação. É por isso que a Asa Sul e a Asa Norte estão com problemas de enchente em tudo que é ponto da cidade. Tem foto de dia e de noite. Olhem dentro dele. Aquele carro ali, se aquele cidadão, ao se dirigir para a direita, olhasse para a esquerda, com certeza, cairia dentro desse buraco porque ele não iria observar esse buraco à noite.

Aqui tem outro problema, que é o caso das "senhoras do além". A AGEFIS diz que recolhe as faixas, recolhe os cartazes, mas esses cartazes estão em toda a extensão da minha quadra. Poste sim poste não tem uma plaquinha da Senhora Dayane fazendo propaganda para a comunidade. Isso nos postes de iluminação. Isso já tem mais de um mês.

Esse é o Bar Chopin. A minha preocupação, Deputada, é o que vai acontecer porque existem pacotes para a Copa do Mundo em alguns bares – esse é um que tem. Vocês estão vendo que eles cercaram a área pública. Eles estão fazendo promoção para a Copa do Mundo já que a Promotoria da Ordem Urbanística pediu ADIN da lei dos puxadinhos. Então eles estão fazendo promoção para a Copa do Mundo e estão pensando em fazer o que vocês estão vendo agora. Todos os bares próximos dessa comunidade cercando área pública para usar e incomodar ainda mais a comunidade. Olha onde eles colocam os carros na área verde. Cortam árvores, podam árvores sem autorização do Governo. As árvores é que estão

incomodando, não são eles não. As árvores é que incomodam.

Esse bar é na 314 sul, ali quem quiser passar da 314 para a 114 não vai, ele vai ter de ir pelo gramado porque a calçada toda foi tomada. Olha que aberração.

Existe uma lei aprovada por esta Casa dizendo que é proibido torre de telefone celular na área residencial. Bloco R da 406 sul. Lá está uma torre de telefone celular. E ali tem dois problemas: segurança e o problema que vai causar para os moradores. Na lateral, onde é que o ladrão pode subir para entrar neste prédio? Olhem. Pela lateral. Fácil, fácil. Por ali ele chega no teto do prédio e entra onde quiser. Esse aí é outro problema comum em Brasília: os corretores de imóveis tomando conta das calçadas e das quadras. Eles chegam lá, montam as suas tendas, vendem o que querem, e nós não vemos o Estado agir.

Isso aí é uma sujeira na nossa quadra, depois dos campeonatos. Isso aí foi um jogo do Flamengo quando ele estava disputando a Libertadores. É o dia seguinte. Olhem como fica a sujeira. Olhem só. E quem está arcando com isso é o Estado. Eu digo aos gestores da cidade que, por favor, a Capital da República precisa ser vista com bons olhos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Eu gostaria de agradecer ao Artur.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE - Deputada Erika Kokay, autora do requerimento que deu origem a esta Comissão Geral, parabenizo-a em nome de toda a Mesa presente. Eu parabenizo V.Exa. por esta iniciativa. Penso que é um assunto de extrema importância que tem que ser debatido pelo seu Poder Legislativo, porque o Poder Legislativo existe inclusive para isso.

Eu quero parabenizar o Artur. Artur, o que você fez foi um ato de cidadania plena, porque cidadania não é só votar. Cidadania é a pessoa acompanhar, fiscalizar, cobrar. É um belo de um exemplo você ter tirado foto de coisas erradas que existem na cidade e ter trazido para esta Comissão Geral. Eu espero que o Poder Público aqui presente conserte cada um desses erros que você mencionou aqui. O mais espetacular deles é esta torre de telefonia celular em cima de um prédio. Isso é uma coisa simplesmente absurda. Então, quero deixar aqui o meu aplauso a você.

Eu quero colocar aqui algumas questões: eu penso que a fiscalização pelo Poder Público tem que ser cumprida à risca. E nós temos uma série de problemas no Distrito Federal envolvendo poluição sonora. Eu cito um exemplo claro e objetivo na cidade de Águas Claras. Na cidade de Águas Claras, pela legislação - inclusive vi isso aqui com o Gustavo Souto Maior, Presidente do IBRAM -, nos domingos e nos feriados, para se fazer obra, é preciso ter a anuência do Poder Público. O pior: o horário das obras nos dias de semana, que aliás é uma demanda da população para

que se mude e seja entre 7 horas da manhã e 18 horas. Pois existem algumas construtoras do Distrito Federal em Águas Claras que, desde as 6 horas da manhã do domingo, já estão fazendo obras. E a população não sabe para quem reclamar. Então, é meu papel como legislador colocar isso aqui de uma forma clara. Nos domingos e nos feriados, para fazer obra, tem que pedir a anuência do Poder Público. Inclusive, durante a semana, o horário é das 7 às 18 horas. O que não deveria ser. Deveria ser das 8 às 18 horas. Quero também colocar aqui que existe uma coisa, que aliás é uma coisa que a Heliete sempre coloca nos seus discursos, existe uma coisa chamada lei. E lei é para ser cumprida. Lei tem que ser cumprida. Há uma lei clara que é desobedecida e não são tomadas atitudes fortes com relação a isso. Existe um posto de gasolina na Asa Norte em que pode se repetir o mesmo problema que ocorreu na Asa Sul. Até agora não se repetiu por um simples detalhe: porque aquela pessoa que foi espancada na Asa Sul foi um herói, que teve a motivação e a indignação de sair do seu apartamento, descer e fazer valer os seus direitos de exigir que uma lei fosse cumprida. Há um posto no Eixinho que atrapalha - e uma senhora já fez diversas reclamações, inclusive já me procurou no gabinete para falar disso - e que pode repetir o mesmo problema! Temos que ver se conseguimos pegar o que ocorreu e usar aquilo como exemplo, para tirar dali uma lição para o bem de todos, porque, às vezes, o que não toca em um hoje, pode tocar em um amanhã.

Por último, com relação às invasões de áreas públicas, elas têm que ser reprimidas, sim, pelo poder público. O que é invasão de área pública, portanto à revelia da lei, tem que ter uma repressão por parte do Poder Público. O direito de um termina quando começa o do outro. Ninguém pode ultrapassar o que é o seu direito. O que é o seu direito, ninguém tem o direito de tocar, e a gente briga por aquilo até o fim! Agora, o que não é seu direito cabe, sim, ao Poder Público intervir, e de forma forte.

O Poder Público do Distrito Federal não pode deixar que aqui seja uma cidade sem lei, sem ordem.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Obrigada Deputado Reguffe .

Apenas a título de exemplo, a Associação Brasileira de Normas Técnicas estabelece que, em áreas de sítios e fazendas, por exemplo, são 40 dB para o período diurno e 35 dB para o noturno; 50 dB em áreas estritamente residenciais urbanas para o período diurno e 45 dB para o noturno; e 70 dB em áreas predominantemente industriais para período diurno e 60 dB para o período noturno. Então, nós temos 50 dB em áreas estritamente residenciais urbanas para o período diurno.

O barulho de um caminhão de lixo são 90 dB, congestionamento de trânsito são 100 dB, sirene de ambulâncias são 120 dB, britadeiras são 120 dB, danceterias

são 120 dB, fogos de artifício são 125 dB e decolagem de avião são 140 dB. Uma britadeira em uma área estritamente urbana representa 120 dB. Nós teríamos 50 dB no período diurno e 45 dB no período noturno; portanto, o nível de incompatibilidade com as normas estabelecidas é imenso.

Concedo a palavra ao representante do Conselho Comunitário do Sudoeste, senhor Elber Barbosa.

SR. ELBER BARBOSA - Boa-tarde a todos.

Primeiro, quero agradecer e elogiar a Deputada Erika Kokay por essa iniciativa. Parece-me que agora a Câmara está voltando a tornar-se a Casa do povo, visto que, há algum tempo, esse tipo de procedimento de chamar a comunidade a expor os seus problemas não era praticado, a prática aqui vinha sendo outra, que vimos recentemente e que muito nos abateu.

Embora o Sudoeste seja uma área relativamente nova, parece-me que lá se copiaram os defeitos do Plano Piloto com a colocação, por exemplo, dos comércios locais, a má utilização que se faz daquilo que são os CLs, aqui CLS e CLN. Lá se criou o CLSW, Comércio Local Sudoeste. Da mesma maneira permitiu-se que lá se implantassem estabelecimentos que não têm o compromisso com a comunidade.

Recentemente, foi cassado o alvará de um bar chamado Nana Banana, que era infernal! Falou-se em cento e poucos decibéis, lá se chegava a perto de 200, porque tinha essas cornetas que hoje são usadas na África do Sul nos jogos do São Paulo. Lá tem uma casa que representa o São Paulo Futebol Clube aqui em Brasília e vende os equipamentos dele. A torcida tornou o local um ponto de reunião. Graças a Deus, somente com a intervenção do Ministério Público, nós fizemos várias queixas nós fizemos várias queixas à AGEFIS, aos órgãos da Administração Regional, a tudo que foi possível, só acabamos com ele quando fomos ao Ministério Público e houve uma recomendação para que o alvará fosse cassado.

Uma coisa que a gente acha interessante na AGEFIS - eu sou oriundo da área de fiscalização, sou auditor fiscal aposentado - é que se nota que ela só trabalha no horário de expediente, ou seja, de 8h às 12h e de 14h às 18h. Depois disso não se fala com a AGEFIS, nem em final de semana, nem à noite. É muito raro se obter um atendimento da AGEFIS à noite. Esses problemas de barulho ocorrem normalmente nos finais de semana, à noite, e nós não temos a quem reclamar. Quando você recorre ao órgão de segurança local - policiamento e delegacia -, normalmente diz-se que não há meios de se medir a intensidade do barulho, portanto, não se pode fazer nada. A polícia vai, dá aquela recomendação quanto ao som e vai embora. O som volta do mesmo jeito.

Havia festas dentro do parque vizinho ao nosso Sudoeste das quais reclamamos imensamente. Eu presido também o Conselho de Segurança da Região XXII. Hoje, inclusive, há uma reunião às 19h30, e este é o assunto de maior recorrência: os barulhos das festas, dos bares, das reuniões de rua. Enquanto não

morreu um cidadão de *overdose* lá, o Estado não tomou providências. Nós fomos à imprensa, denunciamos várias vezes, mas foi preciso que morresse um cidadão de *overdose*. A gente vinha dizendo: "Olha, estão consumindo drogas, fazendo aquelas festas!". Sexo era aberto. Reclamamos insistentemente. Não aconteceu nada. Depois que morreu um rapazinho menor lá, a coisa melhorou um pouco. Começou-se a tomar providência.

Outra coisa é a questão dos quiosques. Permite-se ainda a instalação de quiosques, não diretamente no Sudoeste - onde há até poucos -, mas no Cruzeiro há um quiosque chamado Quiosque da Rosa. Eu tenho pena de quem mora perto dele! Ocupa uma área imensa, uma área de quase 250 m². Reclama-se à AGEFIS, reclama-se à Administração e não acontece absolutamente nada. Todos os dias esse quiosque está lá funcionando, com uma área imensa ocupada, com televisão instalada, com barulho e fumaça dentro dos apartamentos. Não há a menor providência do Poder Público para sanar o problema. Chama-se, reclama-se, reclama-se e não acontece absolutamente nada.

O Estado tem a mania - eu sou funcionário público e conheço como funciona isso - de fracionar de tal maneira as responsabilidades que nunca a objetividade da reclamação é direta por parte do reclamante. O sujeito reclama do barulho, diz-se: "É o IBRAM". Se ele reclama do outro, diz-se: "Não. É a polícia" ou "Não. Vá à AGEFIS". Você nunca consegue obter uma reclamação que seja destinada a todos os órgãos que tenham competência para agir. Eu sugeriria que, através de um projeto de lei, se criasse um tipo de agência como a do "Na Hora", que há hoje aí, para que esses órgãos trabalhassem juntos e o cidadão pudesse levar a sua reclamação a um apenas local. Ali ele seria atendido por todas as áreas responsáveis. Porque, quando se mede a intensidade do som, é o IBRAM; quem pode cassar alvará é a Administração; quem pode tirar as cadeiras do meio da rua é a AGEFIS. E assim não se consegue nada. Quando você quer uma solução definitiva, você tem que andar em tanto lugar que você acaba desanimando. Eu gostaria que os legisladores buscassem uma solução para isso, criando, então, uma agência para receber as reclamações não só de poluição sonora, mas também todos os outros tipos de reclamações, para que ele pudesse ser atendido em um único ponto. Nesse ponto, então, que ele pudesse ser atendido e as soluções serem tomadas pelo Estado, dentro de uma relação Estado-cidadão e, não, fracionado, como hoje é.

Eu agradeço a possibilidade que me deram de participar desta sessão na Câmara.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Nós recebemos algumas mensagens.

Uma moradora da 316 Sul diz que não há como fazer valer e executar uma sentença com relação ao funcionamento de uma igreja. A igreja continua

funcionando a todo vapor e a comunidade tendo que arcar com esse nível de poluição - com todo respeito ao trabalho da igreja, é óbvio.

Há aqui também outras reclamações de que nas quadras 115 e 114 existem jogos à noite que prejudicam. Eles vão de 12 horas ou de 1 da madrugada até às 6 horas, e os moradores não conseguem ter descanso.

Nós temos também uma reclamação da Asa Norte, da quadra 203, em que o problema não é só o bar, mas também o ruído provocado pelos frequentadores, já que, quando saem, às 5 horas da manhã, com alto teor etílico no sangue, via de regra, não saem em silêncio, e sim com discussões, brigas, conversas altas, arrancando com os carros, cantando pneus, jogando garrafas. Isso se inicia às 11 horas da noite e vai até ás 6 horas da manhã.

Então nós recebemos vários *e-mails* em que os moradores mostram o nível de incômodo que têm em suas quadras.

Nós estivemos também, junto com o Deputado Reguffe, na 403 Sul, e ali existe um caos, em função dos bares, que impossibilitam... Nós medimos, nós levamos um técnico professor da universidade, que levou um decibelímetro e mediu o nível de decibéis, que estava absolutamente acima do que seria permitido. A comunidade não só não tem como dormir, como existe uma sobrecarga nos estacionamentos. Ela não tem como estacionar o carro na sua própria quadra, porque a quadra é tomada pelos frequentadores. Obviamente, em se falando de Plano Piloto, nós não tínhamos previsão de ter, nos comércios legais, estabelecimentos de grande fluxo de pessoas, ou grandes estabelecimentos. Mas essa é a discussão que nós estamos fazendo neste momento.

Concedo a palavra à Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Sra. Heliete Bastos.

SRA. HELIETE BASTOS - Boa tarde a todos.

Agradeço e cumprimento os componentes da Mesa e nossa administradora. Agradeço à Deputada Erika Kokay mais essa oportunidade.

Eu nem preparei nada para falar hoje, sabe, porque eu já ando tão desanimada, na verdade. Hoje, infelizmente, com a abertura da Copa, acho que ficou prejudicada a presença aqui de algumas pessoas. As pessoas estão voltadas, agora, para esse evento.

Eu só quero reforçar o que já disse aqui o nosso colega Elber Barbosa e o próprio Artur Benevides sobre esses problemas que nós temos e que nos parecem insolúveis.

Esse *e-mail* que a Deputada Erika Kokay citou, a respeito da 316, eu até faço questão de ler, é da ex-prefeita dali. Eles têm uma igreja na 500 que infernizava ou inferniza a vida. Entraram com uma ação. Então ela mandou para a Deputada e para mim. Ela reproduz aqui o resultado da sentença. Diz o seguinte: "Quer saber o

resultado? Não adiantou nada. Não temos como fazer valer a sentença, executá-la. As ocorrências registradas na 1ª DP foram infrutíferas, mesmo com a sentença na mão. Sequer se deslocaram para verificar nossas alegações de total descumprimento da decisão judicial, e não temos receita para bancar mais ações na Justiça. Em resumo, vivemos em terra de ninguém." É isso o que ela diz.

Tem outro *e-mail.* Este é de um colega, membro também do Conselho, que acrescenta a esses problemas todos falados pelo Artur Benevides, as praças das próprias entrequadras que são ocupadas pela juventude. Esta, em geral, utiliza-se do som de veículos e de gritarias até altas horas da madrugada. Na verdade, nós não temos mesmo a quem chamar.

Quando se chama a polícia, a polícia diz que não pode fazer nada. Quando vai! Porque quando ela não vai, ela diz que tem coisa mais prioritária. Se estão matando alguém, é claro que a vida de alguém é mais prioritária do que um barulho. Aí ela não aparece.

Na AGEFIZ, como já foi dito aqui, em fim de semana nós não sabemos a quem chamar, realmente. Nós não temos telefone nenhum. Nós não sabemos a quem procurar. O IBRAM diz que só tem 2 fiscais, não é? Pobre IBRAM, que até agora não conseguiu ainda mais fiscais, não é Gustavo? Estão os 2 ali, não é? E não é por culpa sua, eu já sei, eu já soube. Você deve falar sobre isso.

Então, toda essa alteração também nos próprios comércios locais leva a esse problema. São estabelecimentos superdimensionados para os locais. Está certo, a juventude quer se divertir, eu também gosto de me sentar em um bar, mas o que nós não podemos admitir é que esses estabelecimentos, que estão em área residencial, não cumpram as regras. E o Estado é que tem que fazer com que essas leis sejam cumpridas, com que essas regras sejam cumpridas.

Então, hoje, realmente, nós temos uma desânimo muito grande. Mercados nas comerciais, para isso existe norma. A administradora está aqui. De onde sai o alvará? É da própria Administração. Por exemplo, na 216, tem um mercado que comprou o bloco inteiro. Isso traz demanda, demanda de estacionamento, tudo isso. E não pode. Existem regras para o tamanho de determinados tipos de mercado nas comerciais.

Está lá, era o Supermaia, agora tem um outro nome. Pintou tudo de verde. Terra, não é? Da Terra. Pintou o prédio inteiro de verde. Um verde que parece um papagaio aquele negócio lá. E a calçada também toda de verde. Eu quero saber se eu posso sair pintando o chão da minha quadra todo de verde. (Intervenção fora do microfone.)

SRA. HELIETE BASTOS - Isso eu vou falar daqui a pouco.

Então, como bem disse o Elder, essas responsabilidades são fracionadas. O Na Hora, não é só criar o Na Hora, não. É o Na Hora para ele agir na hora, não é só

para ir lá levar reclamação, não.

Então, na questão dos postos de conveniência, eu acho que esta Casa precisa estudar um novo horário de funcionamento para essas casas. Não vai trazer desemprego, não. Assim como os mercados que trabalham de madrugada em área residencial. Mercado 24 horas em área residencial, eu não vejo necessidade. Eu ainda vou me atrever a ficar dentro de um mercado desses às 3 horas da manhã para ver quem é que vai fazer compra lá. Porque eu não acredito que a comunidade que more ali ao redor vá fazer compra 3 horas da manhã. E lá trabalham 3, 4 empregados durante a madrugada. Não vai trazer desemprego, não, mas eu acho que em área residencial nós temos que repensar essa questão.

Por exemplo, a área de RUV, Restaurante de Unidade de Vizinhança, da 1O2, senhora administradora. Houve uma festa outro dia, inclusive, para inauguração. Fizeram um negócio lá todo preto para fazer a... Ali se instalou uma imobiliária, eu esqueci de trazer a matéria do jornal. Ela vai dar amparo ali a 500 corretores. Ela tem ali dentro toda a estrutura administrativa da corretora. E eu lhe pergunto: tem garagem? Não tem garagem subterrânea nem para os próprios funcionários, e deveria ser obrigado a ter. Como é que foi dado o alvará para aquela obra, para aquela edificação que está ali? É uma pergunta que eu faço e para a qual eu gostaria de ter uma resposta. Um estabelecimento que vai dar amparo a 500 corretores, mais toda a sua estrutura ali dentro, que é de *marketing* e não sei o quê. Está no jornal, foi uma pena. No Jornal da Comunidade de domingo. Ali se prova que não poderia ter um tipo de estabelecimento daquele sem garagem. Para onde vão esses carros? Sabem para onde? Para a 102 Sul. É para ali que eles vão, e aí o incômodo vem para os moradores.

Bom, então basicamente era isso. O Artur até me pediu que falasse aqui que ele foi notificado por um contêiner que está com a roda quebrada. Ele foi notificado, está aqui a notificação. Agora, nos comércios ninguém notifica nada.

Bom, com relação a faixa, senhora administradora, eu vou contar um fato agora. Permita-me mais um minuto. Eu, há 15 anos, sou prefeita da 314 Sul. Hoje eu tive o desprazer... Eu fui atrevida realmente. Mandei fazer uma faixa, porque eu estou fazendo lá conserto de calçadas e nunca recebi conserto de calçadas do Governo. Há 15 anos que eu sou prefeita lá. Então, eu mandei fazer uma faixa com os seguintes dizeres: se o Governo não faz, a prefeitura da 314 Sul faz. E a faixa só fica exposta quando o rapaz está trabalhando. Ela não fica lá, porque eu sei que faixa é proibido. Ainda mais eu que já recolhi e recolho tanta faixa nesta cidade. Está cheio lá, qualquer hora eu vou chamar a imprensa para mostrar.

Então, no sábado a minha faixa sumiu. Ele virou as costas, foi buscar um balde de água no prédio, apesar da minha recomendação de que ele tinha de tirar a faixa quando se ausentasse. E a faixa sumiu misteriosamente do local que ninguém via da rua, ali em uma passagem atrás do posto de gasolina. Mandei fazer outra.

Eu estava em casa ainda, antes de vir para cá, ele foi a minha casa e disse: "olha, a Administração passou aqui e levou a sua faixa, disse que não pode ter faixa na rua". Aí eu falei: "Mas, o senhor deixou?". Ele falou assim: "Ele disse que não pode ter." Eu disse: "Tudo bem. Levou." No entanto, Estela, eu lembrei que, de manhã, quando eu passei pela 115, eu tinha visto uma faixa amarela fazendo propaganda da festa junina do Clube do Exército e uma outra deste tamanhinho, no balão, do lava-sofá. Está ali a foto, na minha máquina, que não me deixa mentir. Tirei agora. Quando eu passei pela 115, a faixa amarela estava lá e a faixa do balão também estava lá.

Então, eles foram exclusivamente à minha quadra tirar minha faixa. Por quê? Porque, com certeza, eu estava dizendo que o Governo não faz. Eu liguei para o Neto e pedi que verificasse onde estava a minha faixa, porque eu gostaria de tê-la de volta, caso tenha sido o carro da Administração, senão a faixa vai virar um cavalete.

Muito Obrigada. (Palmas)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Gostaria de anunciar a presença do Deputado Raad Massouh e de chamá-lo a compor a Mesa também. O Deputado Raad Massouh, como estamos em Comissão Geral, pode compor a Mesa.

Concedo a palavra ao Presidente do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal Brasília Ambiental, Sr. Gustavo Souto Maior.

SR. GUSTAVO SOUTO MAIOR - Boa-tarde a todos, gostaria de agradecer muito o convite que me foi feito pela Deputada Erika Kokay para participar desta Comissão Geral, e, na pessoa de S.Exa., cumprimentar os demais integrantes aqui da Mesa.

Este é um assunto que me afeta também como cidadão desta cidade, ou seja, isso não é um problema apenas de quem está reclamando, é um problema de todos nós. Eu, como cidadão, que moro aqui há 31 anos, tenho meus 4 filhos nascidos aqui, também sofro muito o impacto dessa questão da poluição sonora. Esse é um problema não apenas de fiscalização, é um problema de educação também. Vários casos que foram expostos aqui mostram a falta de educação da nossa sociedade em relação ao respeito ao próximo, ao respeito ao bem-estar das pessoas, enfim, à tranquilidade de todos nós. As pessoas saírem de uma boate às 5h da manhã, fazendo algazarra, berrando, cantando pneu não é um problema apenas de fiscalização, não é um problema apenas do órgão ambiental, é um problema de educação da nossa sociedade, que é muito mal-educada em vários níveis, inclusive nessa questão da poluição sonora.

Eu vou fazer aqui, rapidamente, apenas uns posicionamentos de ordem geral, mas, depois, se os senhores quiserem, podemos entrar mais a fundo na questão da legislação e elencar algumas situações que podem ser facilmente resolvidas, se houver, realmente, um envolvimento de todo o Governo do Distrito

Federal, pois isso não é um problema apenas do órgão ambiental. Esse é um problema que afeta todo o Governo do Distrito Federal. Podemos dar uma contribuição efetiva da sociedade na tentativa de solução desse problema, se houver realmente comprometimento de todos nós.

Em segundo lugar, quero destacar a total incapacidade do IBRAM, órgão que fez 3 anos há duas semanas apenas e que, até hoje, não tem o seu quadro de pessoal efetivo montado. Em que pese tenha sido feito um concurso para analistas ambientais e pessoal de nível médio, nós recebemos, até agora, efetivamente, 36% desse concurso. Não foi feito concurso, até hoje, para fiscalização, em que pese o TAC, Termo de Ajustamento de Conduta, n° 002, de 2007, que trata da regularização dos espaçamentos irregulares, assinado por 40 autoridades, inclusive várias do próprio Governo do Distrito Federal e o então Governador Arruda, exija que seja adotado um órgão ambiental de licenciamento e fiscalização, com servidores concursados. Infelizmente isso não está sendo cumprido.

Então, nós temos uma grande incapacidade de atender a maior parte das denúncias que são feitas ao órgão ambiental. Eu faço questão aqui de apresentar aos senhores os nossos dois fiscais que trabalham com a questão de poluição sonora em todo o Distrito Federal, para atender a todas as demandas feitas e que não são poucas. Eu tenho aqui os números. São os fiscais: a Dra. Kenia Madoz, sentada ali atrás, e o Dr. Ricardo Nixon, também sentado ali ao lado dela. Eles trabalham todos os dias para atender às centenas de denúncias que recebemos com relação à poluição sonora. Com duas pessoas apenas, com equipamentos ultrapassados – eles podem, mais tarde, mostrar os equipamentos, que não são os modernos de aferição de ruídos –, obviamente, eles não conseguem atender à demanda. Por isso eu faço questão de, em qualquer entrevista que eu der, a qualquer pessoa que me pergunte, mostrar a nossa incapacidade. Não adianta ficar reclamando do órgão ambiental se ele não tem gente para cumprir a sua missão. Então, é um problema, como eu falei, de todo o Governo e de toda a sociedade e só será resolvido se tivermos um envolvimento.

Eu vou apenas destacar a seguinte questão: a legislação. Vou dar um exemplo prático aqui, a Lei nº 4.092 – que, por acaso, é de autoria do Deputado Wilson Lima, que foi Governador do Distrito Federal por um breve espaço de tempo –, que dispõe sobre o controle de poluição sonora no DF. Ela determina, por exemplo, que, para concessão ou renovação dos alvarás de funcionamento para estabelecimentos que queiram tocar música ao vivo ou música mecânica, o estabelecimento tem que comprovar que tem isolamento acústico. Isso é algo que poderia resolver em grande parte os problemas que nós temos, principalmente nas cidades ditas "satélites": Taguatinga, Ceilândia, Sobradinho. Também no Plano Piloto, onde nós verificamos, diversas vezes, ao irmos a campo para fiscalizar os estabelecimentos sobre os quais recebemos reclamação, que ele sequer tem alvará para funcionar. Isso não é um problema ambiental, senhores, isso é um problema de

outra fiscalização. Não é um problema de fiscalização ambiental. Às vezes, o estabelecimento tem o alvará para funcionar e nele está escrito que pode tocar música mecânica ou ao vivo. Mas, mesmo sem o menor isolamento acústico, o alvará é dado e é renovado.

Boa parte dos nossos problemas poderão rapidamente ser filtrados se todas as Administrações Regionais forem agora atrás de todos os alvarás e fiscalizarem um por um, vendo se o cidadão tem alvará para funcionar. Bar e restaurante, por exemplo. Não tem? Cassar e fechar imediatamente. Tem alvará para tocar música mecânica ou ao vivo? Tem isolamento acústico? Não tem? Fechar imediata e sumariamente. Isso não é um problema ambiental, senhores. Isso é um problema de atender à legislação. É um problema da própria Administração Regional e também de outro tipo de fiscalização que não o ambiental.

Outro problema que ocorre frequentemente aqui no Distrito Federal: carro de som. É proibido carro de som funcionar, circular, pela lei, em área residencial ou predominantemente residencial, ou próximo a escola, hospitais, bibliotecas. Está na lei. Está escrito isso aqui. Pois bem, fica o cidadão de Planaltina, às vezes da própria Administração, ligando para o IBRAM, porque um carro de som está circulando em Planaltina, querendo que os nossos 2 heróicos fiscais ali se desloquem a Planaltina para pegar o carro de som. Isso não é problema ambiental. A própria polícia, o próprio DETRAN e a própria Administração Regional podem ir imediatamente e confiscar o carro de som. Se houver boa-vontade e interesse em resolver o problema, isso pode facilmente ser resolvido.

Outro problema que acontece muito, principalmente nas cidades ditas "satélites": problemas de caixas de som de estabelecimentos que são virados para a rua, infernizando a rua e quem está passando lá. Isso é proibido, não pode. É caso para a própria Administração, a própria polícia ou qualquer fiscalização ir lá e imediatamente confiscar a caixa de som. Não pode funcionar. Proibido! E isso, volta e meia, até aqui no Plano Piloto, nós vemos de vez em quando.

Outra coisa que eu quero destacar com relação a essa questão de poluição sonora: em que pese todos nós estarmos imbuídos na tentativa de solução, eu sofro pressão quando fecho algum bar em toda Brasília. De Parlamentares, independentemente das siglas onde eles estejam alocados – tanto faz ser dito "de Esquerda", "de Direita", "progressista", "conservador" –, sofro pressão de todos para abrir.

Recentemente tivemos um caso simbólico, que foi o do restaurante ou bar chamado Miau Que Mia, na 108 sul. Contra esse bar tinha muita reclamação do pessoal da 108, existia um abaixo-assinado. Já tínhamos ido lá aferir o ruído. Normalmente, a gente faz a primeira medição e não toma providência para fechar o estabelecimento. Adverte-se o cidadão, dá-se um prazo para ele se adequar, nós nos colocamos à disposição para ajudá-lo na questão do isolamento acústico, e normalmente eles ignoram isso totalmente. Fomos novamente lá e tivemos que

multar e fechar o bar, que só resolveu o problema quando ficou fechado uns 10 dias.

Vocês não imaginam a pressão que recebi em relação a esse bar. Empresários, Parlamentares, Senadores, Deputados aqui desta Casa – vários, inclusive – pressionaram-me para abrir o bar. Diziam que o bar gerava emprego, que o bar gerava isso, que o bar era do amigo do fulano, do sicrano, do beltrano. Esse é um problema sério, porque fragiliza um pouco o nosso trabalho obviamente, ou seja, apesar de aqui haver esse discurso de que resolveram, no fundo, no íntimo, as pessoas tratam essas coisas um pouco diferentemente do que estão falando. Então, essas são coisas que a gente pode tentar resolver facilmente, se houver, realmente, vontade do Estado e da sociedade de resolvê-las.

Esse é um problema que afeta a nossa cidade e que me afeta, principalmente.

Eu moro, por exemplo, no Lago Norte e vivo, às vezes, tendo problemas com festas, que não sei se são ou não autorizadas pela Administração. São festas com palco. Eu tenho 2 filhas gêmeas de 1 ano de idade. Recentemente, houve uma festa numa casa a duas casas da minha. Fizeram uma festa com palco e uma banda de *rock* montada nele. E aí? Como é que pode? Isso foi autorizado? Pode-se fazer qualquer festa dessas? E como é que a gente vai resolver isso? Não tem como eu chamar o Sr. Ricardo Nixon, na hora em que estão na Ceilândia, em Taguatinga, tratando de outras questões: "Olha, vem aqui para resolver." A festa vai acontecer, e eu vou ficar sem dormir, como fiquei nesse dia, e pronto. Nesse caso, por exemplo, tem de haver uma boa vontade da Administração ou alguma regra que ela estabeleça que diga que a festa deve ser autorizada pela Administração, que o IBRAM tem que ser ouvido para tratar um pouco da questão do isolamento, para orientar o proprietário da casa de como ele deve pôr as caixas, enfim, alguma coisa desse tipo.

Rapidamente, estou aqui à disposição para qualquer pergunta que eu puder resolver, mas eu queria dar apenas uns números para os senhores também. Por exemplo, em 2009, nós tivemos 757 ocorrências – pela estatística da nossa Ouvidoria e do número 156, por meio do qual as pessoas reclamam –, 700 delas em relação a poluição sonora. Autuamos 125 estabelecimentos, o que representa 16,5%. Desses 757, com certeza, a gente não chegou nem à metade. Eram 3 fiscais, um estava de licença no Canadá. Voltou recentemente para o Brasil, mas está de licença, só volta a trabalhar em agosto. Então, são apenas 2, que obviamente não conseguem atender a tudo. Outra coisa é que não existe plantão no IBRAM, à noite. Isso não tem o menor cabimento, com 2 fiscais apenas. Plantão para quê? Para atender e não fazer nada?

Reclamaram desse episódio do posto da Asa Sul, que não é um problema do IBRAM, mas da polícia. Se há um monte de *playboy* fazendo barulho num bar, e um cidadão, às 3 horas da manhã, reclama; a polícia tem de ir lá mandar baixar o som. Não há como ligar para o IBRAM para pedir para alguém ir lá. Não há nem

como medir esse tipo de coisa em cima da hora. Essa medição não é uma coisa imediata. A gente não tem um aparelho que meça imediatamente e que emita o laudo na hora. É necessário voltar ao IBRAM, passar pelo computador, para um programa, emitir um laudo. Isso não é imediato. Então, o problema é da polícia, se não há plantão também.

Outra coisa, para encerrar - depois estarei à disposição de vocês para as perguntas, se houver -, é a questão da igreja. Isso é para esclarecer aos senhores a questão da Igreja São Pedro de Alcântara. O que aconteceu no caso dessa igreja é que existia um cidadão, um procurador do Distrito Federal, que insistentemente reclamava conosco – também reclamava para a AGEFIS, que nos repassou a reclamação – do ruído provocado pelos sinos da igreja. A fiscal, Sra. Kenia, que é católica, falou-me que ficou até muito constrangida com isso, cumpriu exemplarmente o trabalho que ela tem de fazer. Ela foi lá, mediu o ruído de dentro da casa do cidadão inclusive, e viu que estava realmente um pouco acima do que a legislação permitia para aquele local. Ela fez corretamente. Se não fizesse, aí sim, estaria errada? Ela aplicou uma advertência na igreja. Infelizmente, um cidadão, um jornalista, publicou no jornal, no dia seguinte, que nós havíamos proibido todas as igrejas católicas de Brasília de tocarem os sinos, o que é absurdamente uma mentira.

Foi aplicada a advertência, e eu expliquei tudo ao padre. Estive lá por causa dessa celeuma. Expliquei que ele tem de recorrer, tem de cumprir o rito. Vamos analisar o recurso dele e, se houver alguma coisa, podemos até ajudar para melhorar o sino. Apenas para os senhores entenderem, não houve proibição alguma de as igrejas tocarem os sinos, mas nós temos autuado inúmeras igrejas. Tenho aqui vários dados: em 2008, 5 igrejas foram autuadas - igrejas que têm música, que têm culto.

Apesar de a legislação, não sei por que, ter excepcionado as igrejas, nós as tratamos como um estabelecimento qualquer que faça ruído e incomode a comunidade. Se há reclamação sobre a igreja e nós aferimos que existe um ruído acima do normal, a igreja é autuada. Há igreja cujo culto já foi embargado, várias delas. Em 2009, foram 7 igrejas; em 2008, 5. Digo isso, para mostrar aos senhores que tratamos as igrejas da mesma maneira como qualquer estabelecimento que provoca ruído e incomoda a comunidade.

Essas eram as palavras que eu tinha a dizer. Estou à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento que esteja ao meu alcance.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Obrigada, Dr. Gustavo.

Recebemos um *e-mail* do Prefeito comunitário da SQS 308, Sr. Eduardo Chaves, que diz: "Congratulo V.Exa. pela oportuna iniciativa. Vejo que as vozes da comunidade encabeçadas pela Presidente e pelo Vice-Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul enfim estão ecoando na Câmara Distrital. Não é de hoje que

vejo as pessoas citadas brigando pela paz e pela ordem no Plano Piloto, desde o episódio do Galinho de Brasília.

Gostaria de poder comentar, também, sobre a questão de festas e eventos que ocorrem nas praças e entrequadras da Asa Sul. Estas verdadeiramente enlouquecem os moradores. Falo também da conduta da juventude em geral, que se utiliza de som de veículos e de gritarias até altas horas da madrugada sem que se possa fazer nada. Brasília foi planejada justamente para evitar tais situações. Parabéns!" Assina Eduardo Chaves, ex-prefeito comunitário da 308 Sul.

Registramos as seguintes presenças: Tânia Battella, arquiteta e urbanista, do Instituto de Arquitetos do Brasil; Clayton Faria Machado, Presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília; Wilson de Azevedo Filho, chefe da ASTEC, da Administração de Brasília; Iane Everton de Sá e Rodolfo, Gerente de Licenciamento de Atividades Econômicas dessa Administração; Odila Massana Senise, prefeita da SQS 206; Kênia, fiscal de controle ambiental; Ricardo Nickson, segundo fiscal de controle ambiental do Distrito Federal; José Carlos Bezerra, Diretor de Fiscalização de Atividades Econômicas da AGEFIS; Gleison de Paula, Diretor-Adjunto da AGEFIS; Bruna Pinheiro, Diretora de Planejamento da AGEFIS.

Agradecemos a presença de todas e de todos.

Passamos a palavra ao Sr. Georgiano Trigueiro Fernandes, Diretor-Geral da Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS.

SR. GEORGIANO TRIGUEIRO FERNANDES - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Cumprimento toda a Mesa nas pessoas da Deputada Erika Kokay e do Deputado Raad Massouh. Agradecendo a oportunidade de aqui estar hoje, quero tecer algumas considerações sobre o tema que está sendo abordado.

Hoje, no Distrito Federal, verifica-se exatamente a questão da poluição sonora. É fato que qualquer ação que o ser humano desenvolve no meio urbano deve ser feita em consonância com a sociedade que ali existe. Não se pode desenvolver uma atividade e agredir uma sociedade que ali está.

Como integrante da carreira de fiscalização de atividades urbanas, digo que nosso objetivo é exatamente poder controlar atividades, desenvolver atividades que controlem, efetivamente, essas ações. Há muito tempo estamos discutindo formas de poder trabalhar isso no âmbito da carreira.

Recentemente, através da iniciativa de toda a carreira de fiscalização, foi proposta a criação da Agência de Fiscalização do Distrito Federal para trabalhar no âmbito distrital.

Só para os senhores entenderem o quadro, a carreira de fiscalização de atividades urbanas é formada por 6 especialidades: a fiscalização de atividades econômicas; a fiscalização de obras e edificações; a DIPOVA, que trabalha na

vigilância animal; a fiscalização ambiental; a vigilância sanitária e a fiscalização de transportes. É nesses ramos, nessas especialidades, que a carreira trabalha. Juntamente com essas especialidades existe hoje a fiscalização de limpeza pública, que trabalha também no Distrito Federal direcionada à questão da fiscalização de resíduos sólidos.

O que nós vemos com isso? Que foi criada a Agência. Ela fez hoje 2 anos. Como o Gustavo falou, as agências novas ainda não detêm toda a estrutura física e de aparato de trabalho de que precisam para poder desenvolver as suas atividades. Com a criação da agência, começamos a desenvolver nossas atividades e verificamos que a estrutura que existia para a antiga Subsecretaria de Fiscalização do Distrito Federal, antiga SEFAU, estava abaixo do mínimo para qualquer órgão do Distrito Federal. Para os senhores terem uma ideia, havia local lá que não possuía cadeira para o servidor se sentar. Isso é uma realidade ainda hoje, dentro da agência, infelizmente.

Nós começamos a fazer um trabalho de aparelhamento. Para se ter uma ideia, computador não havia. Hoje, dentro do Distrito Federal, se você não tiver o mínimo de relação de informática, você não tem como trabalhar e gerenciar a quantidade de informações. Nestes 2 anos, quando iniciamos os trabalhos, iniciamos a questão de estrutura de rede, de estrutura lógica, de estrutura de formação, de estrutura do trabalho da fiscalização... Durante muito tempo, o fiscal não tinha o direcionamento da ação ou ele não poderia desenvolver sua ação plenamente a fim de atingir o objetivo de que a sociedade precisa. Então, estabelecemos manuais de procedimentos para que o fiscal pudesse seguir e atingir essas ações, estabelecemos metas e elaboramos um planejamento estratégico para desenvolver todo esse trabalho, exatamente buscando atender a demanda da sociedade.

Nós trabalhamos, em primeiro lugar, com o atendimento do que chega de pedido da comunidade. Qual é o principal caminho pelo qual isso chega a nós? É através do 156. Verificamos hoje que a Agência de Fiscalização é um dos órgãos que possui maior número de atendimentos pelo 156. Mas mesmo com esse maior número de atendimentos, nós temos hoje 15% das demandas sem atendimento; e 15% das nossas demandas quer dizer que nós temos hoje 7 mil demandas a serem atendidas. Os números é que são astronômicos, e por isso a necessidade de termos uma logística bem feita, preparada para esse atendimento. Nós temos que desenvolver o nosso trabalho exatamente buscando atender a comunidade, mas para isso nós precisamos ter os meios. Então, é em cima disso que nós temos trabalhado. A questão principal é meios, estamos trabalhando para tê-los.

Eu estava conversando com a Heliete agora há pouco. Há, dentro da Secretaria de Governo, um processo para a contratação de 14 veículos para servir à fiscalização. Esse processo já vem há algum tempo. Já havia sido finalizado. A Secretaria de Governo determinou a sua suspensão e o está analisando para ver se libera ou não o serviço para podermos utilizá-lo. Esses 14 veículos viriam exatamente

atender, e muito, a demanda que foi aqui colocada hoje, porque seriam formadas equipes que estariam rodando dentro da cidade para atender essas necessidades. São necessidades urgentes que chegam ali naquele determinado momento, e você precisa estar desenvolvendo uma atividade de fiscalização em cima delas.

Outra questão muito importante a ser mencionada é a da legislação dentro do DF. Os senhores devem estar a par de que, recentemente, nos últimos 4 anos, a legislação que cuida de alvará de funcionamento e de licença de funcionamento já mudou. Já estamos na terceira legislação. Isso gera uma insegurança jurídica grande. Gera principalmente uma mudança de postura com relação à fiscalização. A Lei nº 1.171 era a regra do tudo pode. A atividade poderia funcionar fora do zoneamento, independentemente da licença, de a construção ser regular ou não, ela poderia funcionar em qualquer local. Qualquer atividade poderia funcionar em qualquer local.

Isso é prejudicial à comunidade, a partir do momento em que uma atividade que se desenvolve naquele local atinge a coletividade. A pessoa, a partir do momento em que recebia aquela autorização, tinha o direito, sim, de poder exercer a atividade dela. Após isso veio outro ato normativo, que foi a Lei nº 4.201, também julgada inconstitucional. Nessa regra específica, a fiscalização conseguiu um ganho muito grande no seu trabalho para poder atender a comunidade com o decreto normativo, porque, nas várias atividades colocadas aqui hoje, a fiscalização podia exercer, de forma direta e imediata, a interdição da atividade. Só que com a edição da nova lei que trata de alvará de funcionamento, que é a nº 457, essa atividade que a gente exercia antes foi retirada. Nós estamos até com um pedido junto ao Governo para que retorne essa questão. Porque o que ocorre para a atividade que é vinculada, para aquele que é servidor do Estado? Ele pode e deve exercer sua função, mas o faz dentro dos limites e dos poderes que a lei lhe concede. Está aqui o Deputado Chico Leite, oriundo do Ministério Público, que sabe disso.

Qual é a dificuldade? A carreira de fiscalização tem sim o desejo de prestar o serviço no nível que está sendo pedido aqui hoje. A grande questão são os meios para se conseguir atingir esse patamar de eficiência. É impossível para o morador entender que o som do lado da casa dele, produzido por aquele estabelecimento comercial... O estabelecimento comercial tem que receber uma notificação, com um prazo de 30 dias, para poder ser feita uma ação. Só após esse prazo, o Estado pode ir lá e retirar uma coisa que pode estar causando um dano muito grande a uma coletividade.

Qual é a equivalência? A grande questão do planejamento urbano. Quando o Distrito Federal foi pensado, idealizado... Não falo apenas de Brasília, mas de todas as cidades. Elas foram idealizadas de uma determinada forma. O que nós temos que buscar? Temos que buscar exatamente essa adequação. Adequação do quê? Dos meios, das ferramentas, das formas de agir.

Eu queria dizer que nosso desejo é o de se trabalhar de forma eficiente e

imediata em cima disso, mas eu preciso da legislação, eu preciso melhorar a logística. Por exemplo, os nossos agentes são de fiscalização, não possuem armamento. Nós não temos autorização para portar armamentos. O agente chega com a coragem dele, com a determinação dele, vai a um estabelecimento, numa situação qualquer, ali se insere e procura desempenhar o seu trabalho. Quando há necessidade de se garantir a segurança, deve-se buscar em outros órgãos proteger a integridade física daquele agente. Hoje, qualquer pedido desses tem que ser feito com 72 horas de antecedência e tem que passar por vários órgãos. São 2 os órgãos pelos quais se tem que passar para que a gente consiga isso. Todas essas questões geram dificuldades.

O nosso interesse é o de atender a comunidade. O nosso interesse não é prejudicar o setor produtivo, de forma alguma. Isso foi uma coisa muito questionada na época de criação da agência. Não é, mas é preciso chegar a um consenso, a uma realidade de que a forma como está não está atendendo a uma coletividade que é muito maior. É preciso chegar a um denominador em que as pessoas vão poder trabalhar, descansar e usufruir de qualidade de vida. Isso é uma das missões nossas lá da agência, proteger a qualidade de vida da cidadão do Distrito Federal.

Então, a grande questão é como que nós vamos fazer isso? Nós estamos dispostos a participar dos debates, a contribuir da melhor forma para que as ações sejam desenvolvidas desta forma. Tanto eu como os colegas que aqui estão temos certeza absoluta disso. Eu acho que a grande questão é exatamente essa. Quais são os valores, qual é o ganho jurídico que desejamos proteger dentro do Distrito Federal e, com isso, buscar exatamente agir de forma direta e clara? É preciso ter uma visão clara do que são esses objetivos e para que isso serve, porque as pressões existem. O que o Gustavo falou é verdade, mas é onde está. E como que vai ser feito? Quais são as soluções dos problemas?

Eu quero agradecer e pedir desculpas por ter extrapolado o tempo. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Anuncio a presença do Deputado Chico Leite e convido S.Exa. para compor a Mesa, se assim o desejar. Deputado Chico Leite, V. Exa. tem prerrogativa, como Parlamentar, de falar no momento em que quiser.

Vou abrir espaço para as pessoas que quiserem fazer uso da palavra após a fala da Sra. Estela Maria Oton de Lima. As pessoas que não são Parlamentares e que quiserem fazer uso da palavra apenas levantem o braço, pois o Cerimonial colherá as inscrições.

Enquanto isso, concedo a palavra à Administradora de Brasília, Sra. Estela Maria Oton de Lima.

SRA. ESTELA MARIA OTON DE LIMA - Obrigada, Deputada Erika Kokay.

Na pessoa da Deputada, saúdo todos os membros da Mesa. Eu queria aqui parabenizar a Comissão de Assuntos Sociais por essa iniciativa e pedir aqui um parêntese a todos para, de público, agradecer a esta Comissão. Eu, como servidora do quadro de arquitetos do Distrito Federal, vi o trabalho da Comissão por meio da Deputada, que teve a sensibilidade de entender o pleito da nossa carreira.

Nós estamos à frente da Administração há 1 mês. Eu posso dizer que sou da comunidade também. Eu nasci nesta cidade, moro no Plano Piloto, conheço essas questões de poluição sonora e sofro também junto com elas. Vou continuar no Plano Piloto, pessoal. No primeiro dia em que fui apresentada à equipe de Governo, que eu já conhecia... Conheço o trabalho, a luta da Tânia Batela há muitos anos. Conheci o trabalho da Heliete quando eu estava à frente da diretoria do Instituto de Planejamento. Então, conheço essa luta e hoje eu estou vendo essa luta de uma maneira diferente.

Falo que eu andava bucolicamente pelo Plano Piloto e, hoje, tenho uma visão crítica muito aguçada. Em 7 meses, teremos de trabalhar... Eu já estou trabalhando duro, mas trabalharemos mais ainda. Depois desse 1 mês, eu tenho certeza de que continuarei nessa luta, porque já estou diferente. Estive à frente da Administração do Varjão e mudei como mulher. Hoje, depois de 1 mês, eu posso dizer, com tranquilidade, que estou diferente. E digo mais, pela nossa experiência de 25 anos trabalhando em planejamento urbano, estávamos à frente anteriormente com a legislação. Hoje sofro mais ainda por conhecer a legislação e estar na linha final. Então, nós dissemos para o Governo que a Administração Regional de Brasília, Deputada, tem que ser tratada de maneira diferente.

Eu, como servidora e conhecedora do Estado, passei por diversos órgãos: NOVACAP, Secretaria de Planejamento, CODEPLAN, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, onde me formei e me apaixonei pelo tema.

Meu pai é pioneiro desta cidade e também sofre com a sensibilidade. Vamos vendo essas coisas e percebemos a situação da Administração. Imediatamente dissemos para o Governador que a Administração tem que ser tratada de maneira singular. Com aquela quantidade de pessoas, com aquela capacidade, teremos que correr muito mais.

Então, esse é um pleito com que eu vou seguir, não só nesses 7 meses, porque colegas sentarão naquela cadeira. Eu acho que temos de fazer a diferença. Eu quero me juntar à comunidade, porque sou da comunidade. Eu não vou me esconder depois, sem me sentar num barzinho ou restaurante, de maneira alguma. Eu continuarei andando e já estou andando.

Quero falar ao senhor do Sudoeste sobre a nossa maneira de trabalhar. Darei o exemplo da faixa que foi mencionado – foi citado, inclusive, pela Heliete durante a nossa posse – para mostrarmos a nossa sensibilidade. Não compete à Administração retirar faixa, mas vimos o problema diante de nós e ele nos foi

colocado pela Presidente do Conselho Comunitário. Imediatamente, acionamos a AGEFIS, que não tinha condução, e lhe dissemos que viesse na nossa condução. Imediatamente, chamamos a SEOPS, porque o fiscal pode ser agredido - já houve casos de agressão.

Implantamos o Disque-Faixa, que não gera ônus para o Distrito Federal. Para quê? Para a comunidade participar também.

Eu verei o seu caso. Posso falar, de cadeira, que não foi uma coisa pontual de maneira alguma. Eu tenho acompanhado a questão das faixas. Percebi que houve uma mudança e que há comerciantes que desconhecem que é proibido colocar faixas no Distrito Federal. Eu ouvi isso em uma reunião de prefeitura. Em relação aos ruídos, temos demonstrado nossa preocupação. Sobre os alvarás emitidos nessa gestão, temos a determinação de que não só deve haver o isolamento acústico e a anuência do IBRAM, como também deve haver a anuência das prefeituras de vizinhanças.

Lamentavelmente nesses 30 dias, verificamos que, mesmo com essas precauções, mandados judiciais nos obrigam a assinar alvarás em certas situações. Estamos levantando todos esses casos. Estamos em contato com a Procuradoria para fazermos uma análise, porque, afinal, como a Deputada disse, Lúcio Costa pensou em outra coisa para esta cidade.

Eu moro em uma quadra que está tombada – o quadrilátero é tombado. Quando chego a minha quadra, não posso estacionar em minha vaga de garagem, porque há muitos carros que vêm pegar crianças nas escolas. Existe essa questão dos estacionamentos também.

Deputada Erika Kokay, estou sentido falta da SEDUMA aqui, porque ela trabalha com planejamento urbano. Acho que temos de começar da origem. Estamos na Administração estudando a legislação a fundo. Como disse o colega Georgiano, existe a intenção do Governo de melhorar essa legislação. Todo dia, há uma legislação nova. Estamos tendo preocupação não só em relação a ela. Darei um exemplo. A Secretaria de Cultura tem convênio de diversos eventos culturais. Havia em minha mesa nesta semana um convênio relativo à passagem de um trio elétrico nas comerciais. Eu disse: "nem pensar!" Chamamos a pessoa em nosso gabinete e conseguimos conciliar interesses.

Vou repetir sobre o aparelhamento falado pelos colegas. Vou insistir no aparelhamento. Estamos lutando por isso.

Inclusive, quando eu comecei a minha vida profissional no Governo do Distrito Federal, isso era um plano do sistema de planejamento. A Administração Regional é o final de todas as legislações. Se, no final, ela não estiver aparelhada, como vamos trabalhar? Eu estive com o colega Georgeano nesta semana para trabalharmos juntos. O Governo tem programas muito bons, mas temos de trabalhar em conjunto. Da mesma maneira, estamos trabalhando com a SEOPS. Anulamos o

alvará de uma boate chamada Arun, localizada na 106 Sul. Imediatamente contatamos a SEOPS e a AGEFIS. Foi um estreitamento, mesmo nessas condições. Tenho certeza – conheço o Georgeano – de que vamos apertar as ações. Pela nossa formação, não adianta fazermos a legislação se ela não for cumprida. Vamos insistir.

Eu nasci em Brasília há 47 anos. Estamos aqui há muito tempo. Estava falando com a Deputada Erika Kokay que, quando há micareta, eu não durmo em minha casa. Quando há festa no Vizinhança, eu não durmo. São problemas que temos de trabalhar. Vamos analisar o que pode ser restritivo. Já se sabe que os alvarás de bar precisam da anuência do IBRAM e da vizinhança. Há ordens de serviço a serem cumpridas em horário de funcionamento. Elas serão cobradas na hora do alvará, com certeza.

Corrigindo meu colega Gustavo, a Administração não tem fiscalização. Esta é feita pela Agência de Fiscalização. Em geral as pessoas desconhecem isso, mas tenho certeza de que foi só um lapso de memória. Mesmo quando são questões de fiscalização, nós estamos encaminhando para a AGEFIS. Não é encaminhamento, não. A gente vai ao Georgiano e expõe a situação porque acho que temos de trabalhar alinhados nas informações, nas legislações. Isso para podermos dar qualidade de vida, inclusive para mim, eu digo. Tive oportunidade de trabalhar em diversos planos diretores quando estava no Instituto de Planejamento do Distrito Federal. A legislação é lenta. Brasília foi concebida para um certo número de habitantes. A demanda da sociedade hoje é diferente, hoje a gente tem fibra ótica, hoje a gente tem torres de celular. Quando a gente vê a legislação do Plano Piloto, a gente tem dúvidas. Digo como urbanista que a gente tem dúvidas.

Então, em nome da Administração Regional, era isso o que a gente queria dizer. Agradeço as exposições.

Como foi dito também, a gente esteve em uma reunião do Conselho de Segurança do Plano Piloto, da Asa Sul. A participação da comunidade é muito importante. Acho que os órgãos de segurança dependem muito também das nossas informações.

Eu só queria agradecer e estar à disposição de todos.

Obrigada. (Palmas.)

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu queria agradecer à Estela. Sei que temos 4 pessoas inscritas: Clayton, Frederico Flósculo, Bruna e Odila. Mais alguém que se inscreveu e não colhemos a inscrição? (Pausa.) Então são 4 pessoas inscritas.

Antes de passar a palavra aos inscritos, eu gostaria de passá-la ao Deputado Chico Leite, que tem um projeto que altera a Lei nº 2.105. Esse projeto estabelece que "o alvará de construção fixará o período para a execução das obras de que trata esta lei, considerando o interesse público e critérios como zoneamento, proximidade com imóveis residenciais, níveis de emissão sonora por máquinas e

aparelhos utilizados em construção civil, movimento de máquinas e materiais de construção". Enfim, ele estabelece horários de execução de obras de acordo com a área e com o próprio teor da obra.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE - Presidente Erika Kokay, meus cumprimentos, minhas homenagens pela ideia, pela execução.

Cumprimento o meu colega Deputado Raad Massouh, meu candidato a Corregedor da Casa.

Quero cumprimentar também a Administradora de Brasília, Sra. Estela Maria Oton de Lima; o Diretor-Geral da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, AGEFIS, Doutor Georgiano Trigueiro Fernandes; o Presidente do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, Brasília Ambiental, Doutor Gustavo Souto Maior; a Presidenta do Conselho Comunitário da Asa Sul, Sra. Heliete Bastos; o Representante do Conselho Comunitário do Sudoeste, Sr. Elber Barbosa; e o Vice-Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Sr. Artur Benevides, sempre presente aqui no debate.

Senhoras e senhores, boa-tarde.

Em realidade o grande desafio sob a ótica do administrador, do gestor, é o desenvolvimento sustentável, que se fundamenta na contemporização de direitos e de interesses. Não há um só momento da convivência em sociedade em que não tenhamos que sopesar princípios, nos moldes das nossas leis, da nossa Constituição. Há princípios que conflitam. Naturalmente cumpre a nós exatamente trabalhar sobre a contemporização desses direitos e desses princípios. É assim que caminha a inteligência para o desenvolvimento sustentável. A atividade predatória ou a atividade sectária, a prevalência desse ou daquele interesse, a prevalência desse ou daquele direito ou estão em conformidade com o conjunto, obra do pacto social – na verdade é um grande contrato, vamos a Rousseau, mais de 300 anos atrás –, ou seremos todos obra da disputa da força apenas. A força já foi do canhão. Hoje a força pode ser do dinheiro, mas pode ser também da hipocrisia e do oportunismo.

Eu, quando entrei na vida pública parlamentar – vindo do Ministério Público, onde tenho 22 anos, concursado, já fui promovido Procurador de Justiça; tenho o mesmo tempo de cátedra, de sala de aula de Direito Penal, especialmente de Direito Penal Econômico, quer dizer, de combate aos criminosos ricos, não aos criminosos pobres –, sempre procurei contemporizar direitos e interesses para seguir o caminho da humildade e da satisfação da sociedade.

Com base nisso, apresentei em 12 de maio de 2010, o Projeto de Lei nº 1.569, de 2010, que propõe a disciplina do horário de execução de obras em todo o Distrito Federal.

Mantive a cautela, é preciso dizer, de preservar a discricionariedade de

administradores e Administradoras Regionais – não posso dispor sobre o que é atribuição deles ou delas – e de respectivos diretores e diretoras de licenciamento, para definir o horário de execução de obras de acordo com o interesse coletivo, o desenvolvimento econômico e a preservação do direito de vizinhança, do sossego e da ordem urbanística. Entretanto, é preciso reconhecer o apelo da sociedade, por vezes afrontada em seus lares por ruídos provocados pela execução de obras, circulação de veículos pesados e transporte de materiais, que em muitos casos causam grandes transtornos, conflito entre moradores e até mesmo ocorrências policiais. Tivemos alguns exemplos em Águas Claras.

Não nos parece razoável que as obras de construção civil em zona residencial e em imóveis de habitação coletiva sejam executados livremente, sem a definição de horários razoáveis para ambas as partes: de um lado construtores e de outro moradores. É a contemporização de direitos e de interesses. Assim sendo, propomos o horário entre 7 e 19 horas durante os chamados dias úteis, que em regra coincidem como os horários de deslocamento das famílias para o trabalho e demais compromissos cotidianos. Aos sábados propomos o horário das 7 às 14 horas, tendo em vista que grande parte de trabalhadores e de trabalhadoras, segundo dados da ocupação da mão de obra, servidores públicos, empregados públicos, funcionários de empresas terceirizadas, etc, estão em suas residências usufruindo do descanso semanal, assim como todo o conjunto de estudantes de nossa cidade.

Sobretudo em um momento, Sr. Presidente, em que o setor da construção civil se encontra em forte expansão no Distrito Federal, com atividades em desenvolvimento nas Regiões Administrativas, especialmente de Brasília, Guará, Águas Claras, São Sebastião, Samambaia, Ceilândia, entre outras. A definição de horários de execução de obras sujeitas a licenças previstas no Código de Edificações, sobretudo em zona residencial, parece-nos importante e fundamental. É de um lado o setor produtivo e de outro o direito de vizinhança. A contemporização dos direitos é fundamental.

Certo momento, a Corte Alemã – permitam-me –, lá pelo início do século XX, proibiu a construção de ferrovias na Alemanha sob o argumento de que, Dr. Gustavo, morria muita gente, seja na construção das ferrovias, seja nos acidentes ou incidentes. Aquilo se espalhou rapidamente na Europa, porque a Corte Alemã, como sempre teve variável normativa, diferentemente da nossa, que só o tem em raros casos, também influenciava a decisão de outras cortes européias.

Aquilo fez com que um movimento enorme de comunicadores, de economistas, de gestores europeus de maneira geral argumentassem que se acabaria com a comunicação. Os europeus foram mais inteligentes que nós, pois preferiram as ferrovias. Todos sabemos que elas são mais baratas e mais coletivas. Nós preferimos as rodovias - e ainda aplaudimos quem fez essa escolha, o que é mais grave -, muito mais caras e muito mais individuais!

Mas, vejam bem. Para V.Exa. ter uma ideia, Enrique Gimbernat Ordeig, no plano do Direito Penal Econômico, escreveu um artigo em 1949, fim da metade do século XX, discutindo a matéria, em que dizia: "Há riscos, mas há riscos proibidos e há riscos permitidos. Dentro da seara dos riscos permitidos, é preciso correr riscos". Ele estava nos dando uma aula, quantos anos depois, para que compreendêssemos a contemporização de direitos e interesses! Não havia ferrovia, não havia morte em razão dela, mas não havia comunicação, não havia relação econômica, não havia transporte de mercadoria, não havia nada!

Pois bem, não queremos impedir a proliferação das construções dos empregos, das moradias, etc. Mas queremos que eles sejam contemporizados com outros direitos e interesses, como os da vizinhança, da ordem urbanística, da poluição de uma maneira geral, enfim, da qualidade de vida daqueles que habitam. Tomar um lado apenas, o outro, é, para além de qualquer eufemismo, burrice!

Bom, desse modo, restabelecemos a tranquilidade das famílias em seus horários de repouso e pacificamos a relação entre construtores, empreendedores e moradores vizinhos - estimamos que assim se faça -, evitamos, sobretudo, os ruídos provocados pela construção civil, por máquinas e trabalhadores em zonas residenciais em horários noturnos, aos sábados, no período vespertino, e aos domingos.

Por isso, atendemos essa demanda advinda da sociedade civil e de moradores, sobretudo, já disse, do chamado maior canteiro de obras, que nos têm preocupado muito. Outrora era um sonho, hoje, no dizer dos moradores, Águas Claras é um pesadelo! Esses moradores contribuíram com informações, embasaram a elaboração da proposta. Recebemos diversos *e-mails* de moradores que denunciaram a execução de obras em horário noturno e o barulho excessivo provocado por máquinas aos domingos.

Trata-se de uma matéria, Sra. Presidente, de inquestionável interesse coletivo e com forte apelo ambiental. A poluição sonora, sem dúvida, é agravada ainda mais quando convivemos com ela em locais reservados a moradia.

Essa é a nossa contribuição, Sra. Presidente, chamando a atenção, se V.Exa. permitir, para a tese da satisfação fundada no caminho da contemporização de direitos e interesses.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Agradeço as palavras do Deputado Chico Leite.

Como já foi dito, Deputado, há um projeto nesta Casa que visa a compatibilizar a execução de obras e o morar com dignidade e qualidade de vida. Nós também temos um outro projeto sobre o corte de árvores. O corte de árvores não pode se dar sem que a comunidade saiba o que vai ser cortado e por que vai ser

cortado e sem que ela tenha as explicações necessárias. Aliás, isso faz parte. Nós tivemos um bosque de paineiras derrubado na 409/410 Norte. Foi derrubado. Isso faz parte do projeto de Lúcio Costa. Os bosques fazem parte do projeto de Lúcio Costa, os bosques! E as paineiras, que fazem parte desta cidade, foram derrubadas porque, ao que tudo indica, a construtora que iria construir a quadra de esportes cometeu um erro técnico - destruiu e derrubou as árvores. Portanto, nós queremos o traço mágico de volta. Para isso, é preciso ter muita coragem.

Eu vou passar a palavra, por 3 minutos, para cada uma das pessoas que se inscreveram. Concedo a palavra ao Sr. Clayton Faria Machado, Presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília - SINDHOBAR.

SR. CLAYTON FARIA MACHADO - Boa-tarde, Deputada Erika Kokay, Deputado Raad Massouh e a todos os demais Deputados aqui presentes. Cumprimento todos e todas aqui.

Desculpem-me se eu errar o nome, mas, se não me falha a memória, foi Platão que disse que, quanto maior o número de leis, maior o número de infratores. Eu estou começando com isso, para, de forma veemente, pedir a esta Casa muita atenção àquilo que realmente está sendo proposto e aprovado aqui dentro, para que depois nós não tenhamos que fazer audiências como esta. Por exemplo, acaba de ser aprovada aqui por 16 Deputados a liberação de todo e qualquer tipo de regulamentação, de utilização, de venda, de comercialização de quiosque, isopor, sorvete, suco, tudo o que vocês pensarem de consumo pode ser agora - já está aprovada a lei - comercializado em eventos.

O que isso significa? Na realidade, em um primeiro momento, pode parecer que está fora do tema poluição. Mas não há o carrinho? A pessoa não vai ter que trazer não sei o que para montar e desmontar mesa? Além da responsabilidade quanto à questão da saúde pública. Infelizmente, quanto à questão da alimentação em rua, não há nenhum compromisso com a saúde de ninguém. E pior, já aconteceu. O cidadão almoça em um restaurante devidamente instalado, registrado, conhecido e, à noite, come um cachorro-quente. Ele passou mal. Quem fez mal a ele? "É óbvio que foi o restaurante", pois aquela carrocinha de cachorro-quente ele não acha mais, principalmente se for para a mídia.

Esse é um ponto que já está aprovado. Nós, no nosso setor, e como cidadão, como morador de Brasília, achamos um verdadeiro absurdo, em um momento em que se quer regularizar a cidade, inclusive prevendo a Copa do Mundo. Esse é um ponto. Esse primeiro projeto é do Deputado Paulo Tadeu.

O outro é o Projeto de Lei nº 1.553, proposto pelo Deputado Batista das Cooperativas - depois eles poderão assistir a isso. Infelizmente, eu estou falando na ausência deles, mas eles poderão rever - no seu art. 3º, diz o seguinte:

"Art. 3º Constituem atividades econômicas passíveis de serem desenvolvidas nas áreas dos pontos de ônibus, o comércio e a prestação de serviços

de:

I - produtos alimentícios, como doces, salgados, bolos, balas, bombons, sanduíches, refrescos, refrigerantes, sucos, café, sorvetes ou assemelhados."

Esse assemelhado, claro, abre para tudo. E onde isso? Em todo e qualquer ponto de ônibus em que o Poder Público autorizar, obviamente. Aí eu pergunto à Presidente da Comunidade, ao Artur, a todos aqui presentes: isso também não vai gerar uma poluição sonora nos blocos, nas casas da Asa Sul? É projeto daqui. Está sendo proposto para ser aprovado aqui nesta Casa. E aí, no seu parágrafo único - eu não consigo entender esse texto -, diz o seguinte:

"Parágrafo único. Fica vedada a comercialização e a prestação de serviços que apresentem risco à vida, perigo à saúde pública ou que possam causar inconveniências à comunidade, como inflamáveis, explosivos, corrosivos, armas, munições, bebidas alcoólicas de qualquer teor, medicamentos e outros produtos farmacêuticos, e assemelhados."

Ou seja, lá em cima pode vender tudo - bala, sanduíche, refresco e tal - e lá embaixo diz que qualquer coisa que ofereça risco à vida, perigo à saúde pública ou inconveniência à comunidade não pode. Então, o que pode nesta lei? Eu, sinceramente – não sou Deputado nem advogado –, não consegui entender. Mas, se aprovado for, nós, com certeza, teremos que fazer "n" audiências depois, para tratar desse assunto.

Quero, no sentido só de corroborar com o Artur Benevides, dizer alguns outros itens que talvez tenham passado despercebidos por ele. Por exemplo, quando se fala em estacionamento nas quadras, por conta de restaurante, bar e do comércio como um todo... Obviamente, no nosso segmento – canso de dizer isto e vou repetir –-, ninguém almoça às 8 horas da manhã; vai almoçar de meio-dia às 3, e isso vai, sim, causar congestionamento. Não tem jeito. À noite, é a mesma coisa.

Agora, desafio qualquer um dos senhores que aqui estão: escolham a quadra e vamos lá, em um domingo, às 8 horas da manhã, para ver onde os carros dos moradores daquela quadra estão estacionados. Qualquer quadra. Escolham. Tem bar aberto às 8 da manhã? Tem restaurante aberto às 8 horas da manhã? Então, o problema não é o restaurante. Nós fazemos parte dele. Nós temos que mudar o foco dessa história. Essa prosa está errada.

Com referência a barulho: fogos do GDF, inauguração de obras antes das 7 da manhã e depois das 10 da noite... No Noroeste, por exemplo, aconteceu isso. Às 23 horas, na semana passada, aconteceu uma avalanche de fogos na FUNARTE. O caminhão de lixo – a Deputada Erika colocou os decibeis; se não me engano, são 110 – todos os dias, às 2 horas da manhã, passa no Mercury, no McDonald's e acorda todos os turistas que ali estão hospedados. Eles não reclamam porque ficam um dia e vão embora.

Curiosamente, Brasília quer fazer, nos 65 destinos propostos pelo Ministério do Turismo, com que o turista fique em Brasília mais de um dia. Primeiro, ele não pode ir para o bar, porque o bar tem que fechar às 10 horas, 11 horas, meia-noite. Aí ele tem que ir para o hotel. Mas, no hotel, ele não pode dormir, porque o lixeiro passa, faz barulho, e ele acorda.

Com referência a barulho ainda, as festas do Estádio – já pedi ao Alfredo Gastal, inclusive, à SEDUMA – e todas as que acontecem no gramado, na Torre... Ou seja, onde é, então, que se pode fazer festa em Brasília, para não incomodar as pessoas na questão da poluição?

Então, para concluir, eu acho o seguinte: nós já conversamos muito sobre isso. Há só 20 anos que nós tratamos desse assunto, de alvará, de tudo isso. Uma coisa é certa: não adianta, enquanto não se criar solução de espaço físico para... Brasília não é setorizada? O nosso setor é Setor de Diversões Sul e Norte. O mercado imobiliário se apoderou dele, e não há lá nada em que possa se instalar uma boate, um restaurante. Então, tem-se que criar. Do contrário, nós vamos morrer, vai vir outra Câmara Legislativa, outros moradores, e esse problema vai se eternizar, porque é preciso arrumar espaço físico.

Para finalizar, no Sudoeste, por exemplo, o que é que está acontecendo? Os prédios são construídos... O erro se repetiu, porque há o comércio local e, atrás, as residências. No Sudoeste, há o comércio e, em cima, a sala é comercial. A construtora constrói como comercial, mas vende para residência. Aí, às 6 horas da tarde, o cidadão chega do trabalho, quer sossego em uma sala comercial em cima de um restaurante e quer que fechem esse restaurante.

Então, não adianta: vão continuar multando e vai continuar vindo gente de fora e abrindo restaurante. Saem daqui, vão para lá, vão para acolá e não se resolve a questão. Se não houver um olhar diferenciado do Poder Público do Distrito Federal para criar áreas para os setores... Já que Brasília é setorizada, vamos fazer "n" audiências desta.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Obrigada pela participação.

Às 8 horas da manhã, no domingo, os carros devem estar muito longe de casa, porque, sábado à noite, os bares estavam muito cheios e tomaram os estacionamentos.

(Manifestação fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Então, eu vou lhe mandar depois um levantamento que fizemos, de algumas quadras, para podermos dialogar e tentar salvar a tranquilidade dos moradores.

Eu queria justificar a ausência da Sra. Heliete Bastos, que teve uma reunião no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Ela precisou ir até lá porque

estão preparando um documento para entregar ao Governador do Distrito Federal sobre o VLT e sobre o plano de preservação. Essa discussão será feita com o Instituto. Mas temos, para representar o Conselho Comunitário, o Sr. Artur Benevides, que ficará aqui até o final.

Concedo a palavra ao Sr. Frederico Flósculo Barreto, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Em seguida, para a Bruna Pinheiro, Diretora de Planejamento da AGEFIS.

SR. FREDERICO FLÓSCULO BARRETO - Boa tarde a todos, à Deputada e aos demais membros da Mesa.

Eu sou o Professor Frederico Flósculo Barreto, sou da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Estou aqui representando o Programa de Assessoramento Técnico a Iniciativas da Comunidade, que é um programa de extensão permanente da UnB e que tem dado assistência à associação de comunidades da Asa Sul, ao conjunto das prefeituras comunitárias, também da Asa Norte e a outras associações que nos procuram para fazer aquilo que a gente chama de advocacia urbana: defesa dos interesses da comunidade à luz da ciência do urbanismo e da ciência ambiental.

Essa questão que se levanta hoje acerca da poluição sonora envolve vários outros aspectos de dimensões ambientais fundamentais. Devemos estar atentos, cidadãos e Câmara Legislativa, àquilo que se apresenta aqui como o critério da comunidade.

A área de ciência que represento, que diz respeito ao desenvolvimento urbano e ao desenvolvimento humano, em conjunto, assegura que a comunidade tenha condições fundamentais para a sua saúde e para atingir seus objetivos em termos de desenvolvimento.

A gente tem que ter como projeto de cidade o desenvolvimento de nossa comunidade. A questão da poluição sonora perpassa a questão da qualidade de vida e é sintoma de uma série de fatos relacionados à nossa educação e à própria organização de governo que deve nos representar.

Uma das coisas comuns no problema da advocacia urbana, no Distrito Federal, é o modo como ainda existe uma inversão inaceitável quanto às prioridades sobre o que é demanda comunitária e o que é prioridade de governo em Brasília. Impressiona isso. Temos um problema grave.

A comunidade, do ponto de vista da legislação, é desempoderada. A singela questão da poluição sonora coloca em xeque muita coisa. Em uma das pontas, a crise de fiscalização. Aqui, fiscais depuseram... É inaceitável que você tenha uma fiscalização despedaçada, no Distrito Federal, e uma comunidade desempoderada, que não tenha prioridade, entre os agentes públicos e os agentes privados, na conclamação dessa fiscalização pela manutenção da ordem pública.

O que se trata aqui é de respeito à Lei Orgânica do Distrito Federal. A questão da poluição sonora diz respeito à prevalência do interesse público sobre o interesse privado. A poluição é produzida privadamente. Ela tem que ser defendida publicamente.

Uma das coisas que acho espantosa também nessa advocacia é, por exemplo, ver o IBRAM, órgão presidido pelo Gustavo Souto Maior, colega professor da UnB, ainda hoje sem os seus quadros. É uma pergunta de mérito que atravessa o Governo inteiro. O Governo tem exército de servidores. O Governo contrata todo ano dezenas de milhões de pessoas, a maioria sem concurso público. Como é que o IBRAM não consegue ter uma estrutura extraordinariamente forte de fiscalização e colocar nas mãos desse excelente Gustavo Souto Maior um IBRAM que poderia dar exemplo ao Brasil? Brasília deveria ser isso, deveria ser exemplo de fiscalização ambiental, de modelo de ação ambiental que não há no País. Isso deveria ser Brasília. E nós vemos o IBRAM com 2 fiscais para cuidar da questão do ambiente, da poluição sonora, uma questão fundamental para a saúde da comunidade e para a paz da comunidade.

Então, são questões que eu, como arquiteto e urbanista, professor da nossa universidade, coloco como gravíssimas. O Governo do Distrito Federal tem invertido prioridades. A prioridade do Governo tem que ser a comunidade. O Governo está a serviço da comunidade, e a gente não tem visto isso. Parabenizo a Câmara pela oportunidade de colocar uma questão filosófica fundamental, que diz respeito ao papel do Governo e ao seu maior privilégio, que é o de fiscalizar o direito em defesa do interesse público.

Obrigado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Obrigada, Professor.

Concedo a palavra a Sra. Bruna Pinheiro, Diretora de Planejamento da AGEFIS.

SR. BRUNA PINHEIRO - Boa-tarde. Enquanto eu estava ouvindo tudo o que foi explanado aqui, fiz uma continha rapidinho ali, porque quando a gente fala de falta de estrutura de trabalho, e o IBRAM fala que tem 2 fiscais, esse número chama a atenção. Dois fiscais é muito pouco. O senhor falou de 700 demandas de poluição sonora ao ano para 2 fiscais. Eu fiz uma conta rapidinho: nós temos 46.600 demandas, para atividades econômicas, para 120 fiscais. Setecentas divididas por 2, dá 350; 46.650 divididas por 120, dá 388. Então, nós na Agência temos, proporcionalmente, menos de 2 fiscais. E nós conseguimos, apesar disso, atender 85% das nossas demandas. Nós nunca trabalhamos tanto quanto temos trabalhado neste último Governo.

Com relação à fiscalização noturna, foi colocado que nós não temos fiscalização noturna em final de semana, eu queria esclarecer, também, que isso não é verdade. Vinte por cento do nosso quadro de fiscalização de atividades econômicas

trabalham em ações noturnas e no final de semana. O caso do "Nana", que foi citado aqui, nós fizemos operação de remoção de mesas e cadeiras, fizemos operação de autuação de ocupação de área pública, e foi a AGEFIZ que solicitou à Administração Regional a revogação do alvará de funcionamento. Por isso, esse alvará - eu fiquei sabendo, hoje - está sendo cassado, nós vamos lá fazer a interdição. Já está cassada, eu não tinha o conhecimento disso.

Com relação às fotos que o Artur apresentou aqui das mesas e cadeiras, também não sei quantos sabem; nós só conseguimos fazer uma semana de operação com relação à Lei nº 766, que foi aprovada, referente aos "puxadinhos". Numa semana, nós fizemos dezenas de bares, com a apreensão de mesas e cadeiras. Aí, entrou uma liminar, e por isso nós estamos impedidos de continuar. Primeiro, nós estávamos impedidos de derrubar e multar, continuamos fazendo operação de apreensão. Em seguida, o Desembargador comunicou à Agência que estávamos arrumando um jeito de burlar a decisão dele, porque estávamos fazendo a apreensão de mesas e cadeiras, e nos proibiu literalmente de fazer a apreensão desses objetos. Então, nós não estamos fazendo ação nos bares da Asa Sul e da Asa Norte, por força de liminar. Nos quiosques, a mesma coisa: existe uma liminar - esse quiosque do Cruzeiro que foi citado -, a parte de área pública já foi autuada, mas nós não podemos fazer interdição, também por força de liminar.

Nós, também, temos um problema muito sério com relação à polícia e à proposta feita no planejamento estratégico da Agência, porque o fiscal, em um bar cheio de frequentadores, a certa altura, a certa hora da madrugada, não consegue fazer aquele bar ser interditado, fechar as portas, sem a presença da polícia. E a polícia tem muitas prioridades. Então, a proposta da Agência é que, da mesma maneira que existe o batalhão escolar e o batalhão de trânsito, seja criado um batalhão específico para a fiscalização de cidades; uma delegacia também, como há a Delegacia do Meio Ambiente. Que esse batalhão e essa delegacia deem apoio à ação fiscal, que acontece, e à comunidade, também. No caso específico do posto de gasolina, se isso existisse, aquele batalhão, com certeza, teria dado o apoio necessário, porque a função dele seria especificamente aquela.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Eu chamo, para fazer uso da palavra, a nossa Prefeita da 206 Sul, prefeita atuante, Odila Senise.

SRA. ODILA SENISE - Boa-tarde a todos, a exposição feita pelo amigo Artur é excelente. Fiquei surpresa com a 206, que é a minha quadra, tão suja, de repente. O SLU, às vezes é muito omisso, o que me leva a reclamar o serviço por várias e várias vezes. Mas o que está me preocupando e preocupando os moradores da 206 Sul, é a invasão da quadra poliesportiva pelos moradores de rua. O tráfico e uso de drogas, assaltos e a enorme sujeira que eles fazem na quadra. Eu mesma fui assaltada outro dia.

Gostaria, pelo menos, de um policiamento naquela área, que é solitária à noite. Atrás do bloco G já não se pode transitar normalmente. Agora mesmo eles

estão lá, acampados, fumando... Não o cachimbo da paz.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Obrigada Odila.

As inscrições já estão encerradas, mas eu concederei o uso da palavra ao Sr. Ricardo Pires.

SR. RICARDO PIRES - Boa-tarde a todos e a todas. Eu queria, inicialmente, elogiar a Câmara Legislativa por esta iniciativa de trazer a este plenário as questões que dizem respeito ao dia a dia da população não só de Brasília, mas de Ceilândia, de Taguatinga, enfim, porque esta questão transcende o Plano Piloto e atinge, logicamente, todos os moradores do Distrito Federal.

Agradeço à Deputada Erika Kokay a sua magnanimidade, o seu espírito democrático de abrir, apesar do fechamento das inscrições, esse espaço para a gente. Muito obrigado.

Em primeiro lugar, eu queria falar um pouquinho sobre essa questão do barulho. Barulho é realmente uma questão central. Se vocês me permitirem, eu queria só falar de uma viagem, eu estive em Miami, num lugar chamado South Beach. E lá me hospedei no Hotel Colony. Disseram que lá era tranquilo. Fica ali na praia de South Beach, hotel antigo, já saiu em alguns filmes por aí. Mas a diária é barata. Aí tinha uma quantidade de bares embaixo, com aquela movimentação toda e fiquei preocupado. Fui falar com o gerente e disse que gostaria de mudar para um quarto nos fundos por causa do bar, e ele me disse: "Não senhor, às 11h está fechado". Eu fiquei assustado. Miami é uma cidade de turismo, South Beach é um dos lugares mais procurados pelos turistas. Tem as praias, o comércio, a localização. Eu não podia imaginar que um local de turismo, famoso no mundo inteiro, pudesse fechar os bares às 11 horas da noite. Às 11 horas eu desci por curiosidade, "será que vai fechar?" E estava fechado.

Em primeiro lugar, acho que turismo, necessariamente, não exige bar funcionando até as 5 horas da manhã. Esse é um conceito que eu queria dizer. E Miami me disse isso. Paris também me fez isso. Fiz recentemente uma viagem à Paris, e as coisas fecham à meia noite, 11 horas. E Paris é a cidade que mais atrais turistas do mundo inteiro. Vive disso. Então, a primeira questão que precisamos colocar é de ordem filosófica e trazer a verdade à tona, porque as coisas ficam mascaradas, mistificadas e a gente confunde turismo com bêbado que fica fazendo confusão até as 5 horas da manhã. Necessariamente, turista não pode ser confundido com bêbado. Vamos respeitar os turistas.

Em segundo lugar, não é verdade que os bares fecham às 10 horas. Por meio de um acordo, uma reunião que foi feita, patrocinada pelo governador anterior, lá dentro do Buritinga, ficou acertado que os bares fecham, durante a semana, a uma hora da manhã; e, nos fins de semana, às duas horas. Acaba avançando um

pouco mais porque os clientes que estão ali não podem sair. Então não é...

Os bares funcionam aqui, legalmente, e foram duas ordens de serviço que eu assinei no dia 16 de janeiro do ano de 2008: as ordens de serviço número 2 e a número 4. Nos fins de semana, fecham às duas horas; e, durante a semana, a uma hora da manhã. Foi um grande avanço e houve um ganho de qualidade, inegavelmente. Não que todo mundo tenha ficado satisfeito. Não ficou. Mas é inegável que deixou um limite e, quando se tem regras definidas, já houve um avanço. É melhor que não ter regras. Afinal esse Estado Hobbesiano, o Leviatã, não leva a lugar nenhum.

Eu queria elogiar a Câmara em relação a isso e dizer que barulho é realmente uma questão... A poluição sonora é muito séria do mesmo jeito que é a poluição visual. E nós tivemos oportunidade durante o mandato que tivemos de acabar com grande parte da poluição visual, retirando os *outdoors* da cidade, e com boa parte da poluição sonora, estabelecendo horário para funcionamento dos bares por meio das Ordens de Serviço nºs 2 e 4. É o ideal? Não é o ideal, mas houve realmente um grande avanço, e as pessoas aprenderam a se sentar à mesa, chegar a um acordo e a avançar com relação a essa questão. Contudo, muita coisa mais tem que avançar.

Eu queria, apenas, fazer uma observação. Por que nós temos esse problema aqui? Esse problema é relacionado, também, ao excesso de acidentes de trânsito que ocorrem. Em Madri, por exemplo, o Metrô fecha à meia-noite; em Paris, a uma hora da manhã. Então, quando 90% das pessoas andam de Metrô, a partir desse horário, não há mais gente na rua, e os bares podem fechar sem maiores problemas. Por quê? Porque todo mundo anda de Metrô, e ele fecha. Então, todo mundo vai embora para casa. Como aqui não há um transporte público...

Eu estou chamando a atenção porque nós só vamos resolver isso a partir do momento em que houver um transporte público de qualidade e que as pessoas se habituarem, aprenderem, a usar o transporte público. Com isso, as pessoas vão embora para casa e não têm por que razão o estabelecimento ficar aberto porque ficaria entregue às moscas. Então, essa questão de haver clientes até 3, 4, horas da manhã está muito relacionada com o transporte individual, com o egoísmo e com a irresponsabilidade que, muitas vezes, leva a esse tipo de transporte. As pessoas não têm hora, são "donas do seu nariz", fazem o seu transporte e fazem a sua hora. Com isso, então, a falta do transporte nos conduz muito a essas dificuldades e nos conduz também a acidentes, com pessoas dirigindo no transporte individual de manhã, após ter bebido, por exemplo. A quantidade de mortes que temos é muito alta. O transporte coletivo, seguramente, seria a maior solução para esse problema da poluição sonora nas madrugadas de Brasília.

Muito obrigado e mais uma vez parabéns à Câmara Legislativa.

(Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Infelizmente, não vou poder ficar até a conclusão desta comissão geral, que já está se encaminhando para o final, mas eu gostaria de levantar algumas questões.

Vou passar a Presidência desta comissão geral para o Deputado Raad Massouh, que também é autor do requerimento que a originou, que foi um dos incentivadores dela. Aliás, foi S.Exa. quem sugeriu num primeiro momento, em plenário, que nós pudéssemos fazer esta discussão.

Eu gostaria de fazer algumas considerações.

Primeiro, nós precisamos de Estado! Precisamos de Estado tanto do ponto de vista do planejamento urbano, como do ponto de vista da fiscalização, porque nós vemos, muitas vezes, a omissão do Estado para com o projeto urbanístico da cidade.

Não estou falando só da área tombada, eu falo também das cidades em geral, que têm um planejamento urbano que precisa ser respeitado e que tem que ter como centro - e tem razão o nosso professor da UnB - a pessoa. A pessoa é o centro! Planeja-se uma cidade pensando na pessoa e tem que se considerar que nós somos seres gregários e faltantes. Então, somos seres faltantes, seres humanos. Só somos completos quando pertencemos a algo além de nós mesmos. A cidade é isso. A vida em comunidade nos faz humanos, nos estabelece um reconhecimento humano. Por isso, é preciso que tenhamos a lógica de uma cidade centrada em uma comunidade. Ela é maior do que os interesses específicos. Muitas vezes, é importante conciliar interesses, sem nenhuma dúvida, desde que legítimos; entretanto, muitas vezes, é preciso priorizar interesses e há que se priorizar o interesse da comunidade. Não há como você ter o que nós vimos na 403 Sul ou em tantas quadras do Distrito Federal: um grande bar ou um grande restaurante. O comércio local não foi feito para isto, para estabelecimentos de grande porte, mas nós temos vários estabelecimentos de grande porte ali. Esse é um aspecto.

O Estado envolve planejamento urbano e vai envolver a fiscalização das leis e a fiscalização com a lógica centrada na pessoa. Ele tem sido falho no planejamento urbano e na fiscalização. Não pela qualidade dos nossos profissionais, mas pelo desaparelhamento do Estado. O Estado está desaparelhado! O IBRAM, com 2 fiscais! Eu não vou fazer aqui a disputa de quanto se trabalha, mas é absolutamente insuficiente. A AGEFIS é desaparelhada, a Administração é desaparelhada e o IBRAM é desaparelhado. Então, os órgãos do Estado que poderiam resgatar e fiscalizar estão desaparelhados, sem condições de efetivar o trabalho. Aqui foi dito que a AGEFIS funciona durante o final de semana. Eu não conheço fiscalização de obras no final de semana, pelo menos no Plano Piloto. Eu não sei - e aqui a Heliete até sugere isso também – por quais telefones você pode recorrer à AGEFIS nos finais de semana. Não sei. Você liga para o 156, e ele tem uma inoperância grande. Às vezes, são 15, 30, dias para que nele se dê uma resposta para o problema que aflige e angustia de imediato, senão não se ligaria para o 156.

Deputado Raad Massouh, estamos em fase de discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ela será aprovada neste mês de junho, então, eu sugiro que possamos assegurar o concurso público para todas as instituições e o aumento do número de fiscais. Que possamos trabalhar no aparelhamento, porque não se trata somente da composição de pessoas, de termos profissionais para trabalhar. Aqui disse o representante do IBRAM, Gustavo Souto Maior, que a aparelhagem é defasada também. Então, que possamos aparelhar esse órgão.

Eu acho que temos de fazer um projeto de indicação para a criação do batalhão, pois não temos poderes para isso. Acho que é uma boa ideia que você possa ter uma força auxiliar, que você possa efetivamente fazer cumprir a função da fiscalização.

Portanto, vamos tirar uma conclusão desta comissão geral e a partir daí sugerir o aparelhamento dos órgãos aqui representados, o concurso para fiscais, que possamos trabalhar num projeto de lei para autorização prévia. Não temos poder para isso, Gustavo, nós temos poder para autorização prévia, e parece-me que isso já é previsto, para eventos que você tenha uma autorização prévia...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - O problema é que você não tem condições de fiscalizar.

Então, sugiro que tenhamos o aparelhamento para o funcionamento pleno nos finais de semana, ou o funcionamento adequado nos finais de semana, porque ele não existe.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Ah, rever a legislação para que tenhamos ações mais imediatas. Isso não significa romper o bom senso, porque muitas vezes pode-se esperar 30 dias, pode-se esperar 15 dias, mas é preciso que haja um poder discricionário que não recaia no abuso, a fim de que se possa agir imediatamente de acordo com a situação. Acho que deveríamos rever essa legislação com a preocupação de não resvalarmos para o abuso, mas que se tenha a possibilidade de uma intervenção imediata, porque senão serão 15, 30, dias de angústia e de sofrimento.

Portanto, para tentar sintetizar, que tiremos desta comissão geral a proposta a ser encaminhada ao Governo, à Secretaria de Planejamento, para o concurso de servidores, sugerindo o aparelhamento - e é importante que os órgãos pontuem e especifiquem isso de forma mais amiúde -, que possamos trabalhar no estudo da legislação para possibilitar uma ação mais imediata e que possamos construir a força-tarefa para uma ação mais imediata - obviamente, isso também recairá nos mesmos problemas aqui pontuados.

Enfim, com essas sugestões, peço licença para me retirar, visto que tenho

outra atividade já iniciada às 17h. O Deputado Raad Massouh assumirá a Presidência desta comissão geral para dar continuidade aos trabalhos, considerando que S.Exa. foi um dos grandes entusiastas desta comissão geral.

Encerro dizendo que a maior conclusão que tiramos daqui é a ausência do Estado. Até porque, se há fiscalização, ela é pedagógica também. Do ponto de vista da postura do cidadão, ela ajuda a mudar a postura do cidadão. Ela também tem um caráter pedagógico do ponto de vista da fiscalização, do ponto de vista do planejamento e do ponto de vista do compromisso, particularmente na área tombada.

Com isso Lúcio Costa disse que Brasília não é um avião, que Brasília é uma borboleta. Eu acho que ele tem razão. Transformada como foi, fruto de transformação do barro vermelho na capital da República, dita da esperança, com a leveza da borboleta, com a beleza da borboleta. Então, portanto, não podemos permitir que a borboleta continue ferida, porque ela está ferida.

Eu me despeço e passo a Presidência para o Deputado Raad Massouh. (Palmas.)

(Assume a Presidência o Deputado Raad Massouh.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) - Boa tarde a todos. Antes de mais nada gostaria de, antes que a Deputada saia, parabenizá-la pelo brilhante trabalho. Pergunto se algum membro da Mesa ainda quer fazer alguma consideração final. Dr. Gustavo? Então está bem, Dr. Gustavo. Eu apenas peço uma brevidade, porque o tempo está bem avançado e todos nós temos outros compromissos.

Concedo a palavra ao sr. Gustavo Souto Maior.

SR. GUSTAVO SOUTO MAIOR - É rapidamente. Em primeiro lugar, eu me esqueci de responder o Dr. Artur em relação às colocações que ele fez mostrando empreendimentos com vidros.

Dr. Artur, nenhum daqueles empreendimentos é passível, pela nossa legislação, de licenciamento ambiental. Nenhum deles. Nem o prédio da Procuradoria Geral da República, aquele monstro todo espelhado que causa mil problemas para o espaço. Nem aquele prédio é passível de licenciamento ambiental. Infelizmente, em nenhum daqueles exemplos que você mostrou, existiu estudo de impacto ambiental ou relatório de impacto de vizinhança. Nenhum deles.

Rapidamente aqui pessoal eu quero apenas dizer o seguinte: independentemente da capacidade de fiscalização que nós tenhamos, que obviamente está claro que é diminuta, aquém do que necessitamos, nós temos que trabalhar com a realidade. Se eu fosse trabalhar e ficasse preocupado com falta de fiscal no IBRAM e não fizesse nada, eu já teria fugido de lá há muito tempo. A gente tem que trabalhar com nossa realidade. Obviamente temos que tentar melhorar isso, fazer concurso, melhorar nossa capacidade de fiscalização, tentar educar melhor

nossa sociedade. Não é só ausência do Estado, é falta de educação da sociedade.

Se a sociedade fosse educada, 90% dos problemas não ocorreriam, não teria gente fazendo barulho de madrugada, nem gente ocupando vaga que não deveria, nem ocupando área verde, nada disso. Então, temos que otimizar e dá para fazer muita coisa, mesmo com essa nossa capacidade de fiscalização aquém do necessário. Eu repito.

Se a questão dos alvarás for devidamente equacionada, se as Administrações realmente se ocuparem de não dar alvará ou se não renovarem alvará para aquele estabelecimento que não tem isolamento acústico, isso aí vai melhorar tremendamente o problema em todas as nossas cidades.

Hoje mesmo nós estamos fechando um bar aqui na Asa Norte que tem reclamação por conta de poluição sonora. Para nossa surpresa, o bar sequer tem alvará para funcionar, ou seja, não é um problema ambiental. Obviamente, se a Administração... Não estou... Sei que a Estela está há 1 mês lá... Mas, enfim, se houver essa boa vontade por parte das Administrações, isso será resolvido.

O concurso para fiscais, é a mesma coisa. Isso não é atribuição do IBRAM. Você pode fazer, melhorar o orçamento do IBRAM, que é 0,018% do Orçamento do Distrito Federal. Obviamente é preciso melhorar também a situação de equipamentos lá da AGEFIS. Isso tudo pode ser feito rapidamente - você não terá grandes problemas - e ser colocado à disposição.

Obviamente isso aqui é muito importante, mas fazer essa discussão não é suficiente para resolvermos o problema. Podemos dar uma série de encaminhamentos aqui. Eu me coloco à disposição da Câmara, dos nossos companheiros de Governo para tentar melhorar os serviços para a nossa sociedade cumprindo melhor a nossa atribuição que é oferecer melhor qualidade de vida para toda sociedade. Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) - Parabéns, Dr. Gustavo.

Eu queria passar a palavra também ao Sr. Elber Barbosa, que representa o Conselho Comunitário do Sudoeste.

Concedo a palavra ao Sr. Elber Barbosa.

SR. ELBER BARBOSA - Vou ser muito breve.

Depois do que eu ouvi aqui do Dr. Georgiano, do Dr. Gustavo, da Dra. Estela, a gente entende então que a comunidade está jogada a sua própria sorte. Não há o que fazer.

Gostaria de solicitar ao Senhor, Deputado Raad Massouh, e a todos os Parlamentares aqui do Distrito Federal uma especial atenção à questão do VLT. A nossa colega, Presidente do Conselho da Asa Sul, se deslocou agora para tentar obter mais informações. O VLT é uma caixa preta em que ninguém sabe o que

acontece, inclusive a própria poluição sonora que esse VLT vai causar. Nós estamos tentando obter informações sobre isso e até então não conseguimos.

A gente solicitaria, e até imploraria, ao Legislativo que forçasse a execução, a feitura de uma audiência pública no sentido de esclarecer à sociedade o que é esse VLT, onde ele vai passar, como vai ser a solução dele, como vão ficar as crianças que transitam dos colégios para outras Asas. Como elas vão passar, como é que vai ser isso? Até então, todo mundo diz que tem um VLT, tem um retrato bonitinho, mas ninguém sabe o que é isso. Nós gostaríamos de implorar que a Câmara buscasse uma solução e permitisse que a comunidade conhecesse finalmente o projeto do VLT em uma audiência pública.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) - De nada. Eu, particularmente, me encarrego de, primeiramente, dar uma resposta ao senhor e tentar agendar essa audiência pública com os demais Deputados. Acho que é interessante, a comunidade tem de saber o que realmente vai acontecer.

Eu queria, neste momento, pedir ao Artur que faça as suas considerações finais, mas num espaço pequeno, por favor.

Concedo a palavra ao Sr. Artur Benevides.

SR. ARTUR BENEVIDES - Obrigado.

Eu queria só responder aos que me antecederam. Dr. Gustavo, eu quero parabenizá-lo por sua fala, por sua coragem de se expor. Parabenizo o seu corpo de ficais, porque tem atuado. Agora, em seu discurso, o senhor esqueceu de citar aquele secretário de Governo que tanto lhe importunou com a questão daquele cabaré francês. Também, Dr. Gustavo, não é só a questão de educação da sociedade não, sabe por quê? Porque a sociedade, a partir do momento em que está alcoolizada, não sabe mais nem que é sociedade. Então, já deixou de ser sociedade. Isso é um problema muito sério. Eu queria agradecer ao senhor a sua fala.

O Sr. Georgiano já falou sobre a questão do 156. O 156 em Brasília, o Governador Arruda colocou isso aqui para não funcionar. Não funciona. Perdoem-me o gestores, mas não funciona. O 156 é para inglês ver. A questão de poder de polícia, Georgiano, eu sei que a fiscalização não tem poder de polícia, mas também ela não tem que ser omissa. Ela não tem que ser omissa, ela tem que ser atuante.

Eu queria responder, inclusive... a Bruna saiu, sou até amigo do esposo dela, o senhor Talismã. Eu queria dizer que ela falou que os bares possuem uma liminar e que essa liminar impede a retirada de mesas e cadeiras. Eu queria saber qual o bom advogado que deu essa instrução para a AGEFIS, porque ele desconhece de leis. Porque a liminar, tudo bem, o advogado da associação comercial induziu o desembargador ao erro. Mas, a liminar em momento nenhum fala em mesas e cadeiras nas calçadas. Então, as mesas e cadeiras nas calçadas têm que ser

retiradas. Elas não podem ser colocadas. A liminar não fala isso.

A outra coisa que eu queria dizer à Dra. Estela é que eu conheço muito o seu pai. A FECOMÉRCIO tem um auditório em que há o nome do irmão dele lá. Ele trabalhou com a gente na luta para esta Casa aqui hoje existir, para a independência política que nós cobramos desde 1982. Desde aquela época nós estamos lutando. Eu tenho a idade dela, ela já falou a dela. Quanto à questão de o comerciante desconhecer a legislação, a senhora me desculpe, mas ele não desconhece não. O que falta é o Estado aplicar multa. Eu peço a autorização da senhora para fazer um comparativo. A senhora é comerciante, eu sou do Estado, vou lhe multar uma vez... Está aqui o Clayton, que é um ótimo comerciante. Ele tem o restaurante dele lá, não perturba ninguém, funciona muito bem, um cozinheiro, um *maître* maravilhoso.

Clayton, você está de parabéns. Estou na luta com você na questão dos quiosques. Já falei com você, nós temos divergências em alguns pontos. Eu sei que essas divergências, às vezes, ultrapassam a sua vontade, não é a sua vontade. Você, como líder, está de parabéns frente ao sindicato. A nossa luta não é contra comerciante, não é contra bar, a nossa luta é pelo sossego e para que tudo trabalhe em unidade. Que a gente possa viver bem com o comércio e o comércio com a comunidade. O caso da senhora, voltando lá... O comerciante não desconhece a legislação não, ele conhece a legislação. A multa, quando aplicada... Se eu aplicar multa na senhora uma vez, a senhora vai querer ser multada de novo? Então, a senhora me desculpe, porque não é falta de legislação não. O que falta é a ação do Estado.

Sobre a questão dos estacionamentos de quadra, Clayton, por exemplo, eu o convido, como a Deputada Erika Kokay convidou também, a ir a minha quadra. Você sabe que quadra é, você sabe quantos bares eu tenho lá e tudo mais. Lá na minha quadra, realmente há morador que estaciona em cima da grama, mas você vai ver muitas vagas vazias no sábado, na quinta-feira e no domingo pela manhã. Por quê? Porque os usuários dos bares estão tomando conta das vagas dos moradores, e os moradores têm que estacionar em cima da grama. Então, se você quiser, esse debate é bom para nós.

O Professor Frederico já foi, mas quero parabenizá-lo pela aula que foi dada aqui aos membros da Mesa e dizer que o Estado tem que parar de... Porque nós estamos vendo mudarem os atores. Os atores mudam no Estado, mas os problemas persistem. Eu quero dizer que este Governo que aqui hoje está é a continuidade do anterior. Então está na hora de o Estado agir e parar com esse negócio de ficar empurrando um para o outro.

Muito obrigado, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) - Concedo a palavra ao Sr. Georgiano Trigueiro Fernandes, para as finais considerações.

SR. GEORGIANO TRIGUEIRO FERNANDES - Obrigado, Deputado Raad

Massouh.

Artur, eu só quero colocar duas questões que acho que precisam ser colocadas. Sobre a questão das mesas e cadeiras, eu tenho aqui em mãos a decisão. O desembargador, no dispositivo dele, tratou da remoção de bens móveis e imóveis, mas estabeleceu que ficava suspensa qualquer providência ou iniciativa de efetuar demolição total e parcial dos estabelecimentos. Com isso nós iniciamos as ações de apreensão de mesas e cadeiras, e elas estavam sendo levadas a efeito. Por fim, ele decidiu por outro ponto: que o ato de apreensão de bens móveis constitui tentativa de burlar o cumprimento da decisão judicial. E, ao fim, ele determinou a imediata devolução de todos os bens.

Esse caso que foi apresentado já foi questionado, sim, à Procuradoria do Distrito Federal. Estamos aguardando uma posição do desembargador para saber exatamente o que ele quer, porque ele já está dizendo aqui que nós estamos desrespeitando decisão judicial. Diz que não estamos respeitando decisão judicial, desculpe repetir, sendo que lá atrás ele mesmo disse que a ação só tendia a suspender a iniciativa de efetuar a demolição total ou parcial do estabelecimento ou a aplicação de multa. Na decisão anterior, ele não tinha falado nada com relação à questão de apreensão. A partir do momento em que foi executada a apreensão, ele estabeleceu que estávamos tentando burlar a decisão. Decisão judicial se cumpre até que seja revista pelo tribunal superior.

Então, diante disso, temos, sim, de aguardar que ele se pronuncie para dizer qual o âmbito e qual questão ele estabeleceu especificamente diante do caso concreto, porque, de qualquer forma, daqui a pouco, ele vai mandar apreender pais e mães de família, que são os agentes de fiscalização, que estão ali trabalhando para poder receber o salário pelo concurso que fizeram. Esse trabalho ninguém se omitiu de fazer, mas, por conta da decisão judicial ou do entendimento do juiz, está sendo dito que estamos tentando descumprir a decisão.

Eu acho que, nesse caso específico, desculpe, provamos o que estávamos dispostos a fazer, mas, no momento da execução, chegou lá e aconteceu de forma diferenciada. Eu acho que, nesse caso específico, não é questão de interpretação, é questão de o juiz dizer exatamente o que poderemos fazer. E é isso que perguntamos a ele: "Desculpe, Excelência, então exatamente o que nós podemos fazer? Qual é a ação que o Estado vai poder desempenhar com relação a esse ponto específico se a sociedade está lá pedindo, se a lei estabelece de forma diferenciada tudo isso?" É exatamente essa questão que queremos que a sociedade entenda.

A fiscalização, em momento nenhum, está sendo omissa, em momento nenhum está deixando de fazer seu trabalho. Dê-nos uma legislação com a qual nós possamos trabalhar para atender às demandas, e nós vamos aplicá-la. Dê-nos os meios necessários, e nós vamos poder trabalhar para agir frente à demanda da sociedade, vamos poder trabalhar. Em momento nenhum os agentes de fiscalização que estão na rua – por vezes apanhando – baixaram a cabeça para ninguém, seja

um empresário poderoso, seja quem for. E é exatamente isso que nós estamos buscando.

Aqui estou falando não como Georgiano, aqui eu estou falando por 950 pais e mães de família que estão sendo atacados, sendo que estão procurando desempenhar sua função da melhor forma possível, com a maior coragem possível, buscando da melhor forma possível. Quando necessitam de amparo, nós temos que pedir ação de policiamento com 3 dias de antecedência. Desculpe, aí não dá! Aí fica muito difícil eu pedir para qualquer pessoa colocar a cara para apanhar no meio da rua.

É essa a ação, é esse o entendimento que nós temos que buscar. Querem um trabalho de qualidade? Querem que seja feito em determinados níveis? Vamos estabelecer os meios e vamos estabelecer isso de forma clara, porque o Gustavo falou que sofre pressão pelo número de ações. A fiscalização também sofre pressão todos os dias de todos os meios.

Vamos estabelecer de forma clara o que queremos buscar e o que queremos alcançar. Assim veremos que, dos 950 agentes da agência de fiscalização, nenhum vai se eximir de cumprir o seu dever. É exatamente isso que procuramos alcançar.

Desculpe eu me alongar. Muito obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) - Não é normal, mas concederei a palavra ao Sr. Artur Benevides.

SR. ARTUR BENEVIDES - Ele esqueceu de continuar a leitura da decisão do juiz, que diz que está proibida a retirada de cadeiras no chamado puxadinho. Cadeira na calçada não é puxadinho. Calçada não é puxadinho.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) - Está ótimo. Todos já falaram, e eu quero falar um pouco. Muito obrigado! Acho que essa discussão foi feita para isto mesmo: para que algumas pessoas exponham suas ideias e outras questionem.

Eu recebi do Sr. Clayton um questionamento, pois a Deputada Erika Kokay disse que a comercial não é local de grandes bares. Ele questiona onde seria o local de grandes bares. Eu também não sei responder. Infelizmente a Deputada Erika Kokay não está aqui, mas passarei a pergunta a S.Exa. depois.

Neste momento, eu gostaria de fazer rapidamente uma explanação do meu ponto de vista. Vimos que todos temos preocupações com a mesma coisa. O Deputado Chico Leite está tentando aprovar um projeto para diminuir o barulho na área de construção.

A AGEFIS, a Administração, todos trabalham. Em uma reunião que tive com o Governador – havia a presença do Clayton do SINDHOBAR –, foi apresentada essa situação. O que eu disse foi que todos têm razão e todos temos as obrigações que não damos conta de cumprir. O IBRAM se defende com justa causa porque não tem

o mecanismo necessário para fazer o trabalho de que a cidade precisa. A AGEFIS e a Administração falam da mesma forma.

O que devemos fazer? Como o Clayton disse, não adianta elaborarmos um projeto e fazermos uma audiência pública para discutir esse mesmo projeto. Eu fiz, no dia 5 de abril de 2010, a Indicação nº 8.562, de 2010. É o início de um processo em que sugiro que o Poder Executivo crie uma área para que possamos resolver esse problema definitivamente. Qual seria a ideia? Que criássemos um setor digno de gastronomia, de bares e restaurantes, projetado e bem elaborado, com a presença do IBRAM, da Administração, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da AGEFIS, que faria a aprovação desse projeto depois.

Isso deveria ser feito em uma área boa. Não adianta tirar um bar ou um comércio de dentro de nossa capital e levá-lo para um lugar ruim, aonde ninguém irá. Entendo que, se houver uma área boa, se a Secretaria de Desenvolvimento der incentivos na aquisição do lote para que o empresário desse bar e restaurante possa fazer sua construção em uma área maior, mais arejada e mais planejada, a ideia pode funcionar.

O que temos de fazer hoje é tentar retirar desses lugares os bares e restaurantes que trabalham com música ao vivo, boates e coisas nesse sentido. São esses que criam transtorno para a comunidade. Em todas as reuniões de quadras com prefeitos, em todas as audiências de que participo, a reclamação é exatamente a mesma. Todos estão incomodados com a falta de estacionamento, com o barulho gerado pelos bares. Está se criando um caos em nossa cidade.

Por exemplo, quem imaginaria que a Cidade do Automóvel, depois de criada, esvaziaria aquelas lojas de carros que havia aqui na Asa Norte? Ninguém botava fé naquele projeto, mas ele aconteceu. Todas as lojas de carro foram retiradas da Asa Norte, foram transportadas para um local muito melhor em que o empresário ganhou e a população também. Todo mundo hoje que quer comprar um veículo usado vai aonde? Vai à Cidade do Automóvel. Do mesmo jeito - a partir do momento em que se cria uma cidade por meio de um projeto bom, bem feito, que dê respaldo também aos empresários para que eles possam trabalhar com dignidade -, com certeza, quem falar "Vou comemorar o meu aniversário. Vamos aonde?" vai falar: "Vamos lá para aquele local onde há várias opções, onde há vários comércios de variados tipos, onde ninguém vai perturbar a gente nem a gente vai perturbar ninguém." Acho que isso seria um caminho.

A gente já deveria – peço também a colaboração do SINDHOBAR, da Associação Comercial e de todos vocês que têm influência nessa situação – começar a se preocupar em achar uma solução final. Não adiantam paliativos. Não adianta fechar um bar hoje, se amanhã vão ao juiz, conseguem uma liminar e o reabrem. Aí o morador vai acusar o IBRAM e a AGEFIS, sendo que a ordem veio de cima. Não adianta, de forma alguma, deixar um homem que trabalha o dia inteiro chegar a sua casa e não poder descansar de madrugada.

Temos que achar uma fórmula definitiva. Fica o meu pedido de apoio a todos vocês que são ligados ao comércio. Mas que se entenda bem: não é chegar e dizer "Vamos tirar os bares da cidade". Não é esse o projeto, não é essa a proposta. Clayton, que é da Associação Comercial, a proposta é que a gente se sente junto com vocês, com os moradores, com o IBRAM e com todos os órgãos e comece a fazer um projeto, nem que leve 2 ou 3 anos para ele se concretizar, mas que seja um projeto sério que realmente possa, um dia, resolver definitivamente o problema na nossa cidade. Realmente, estamos chegando a um limite que não é mais tolerado e tem de ser encontrada uma solução.

Eu queria agradecer a presença de todos vocês, pedir a Deus que os abençoe e dê muita saúde para que vocês continuem nesse trabalho.

Declaro encerrada a Comissão Geral.

(Levanta-se a sessão às 18h12min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 120-Suplemento, de 6/7/2010.